
RESUMO

Estudo de caso sobre a construção de memórias e identidades sociais no Bairro da Maré, a partir do acervo fotográfico do Arquivo Documental Orosina Vieira - ADOV, criado por um grupo de indivíduos que militam na organização não-governamental denominada Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM).

Constituem os objetivos desta pesquisa a análise dos processos de criação do ADOV, uma reflexão sobre o acervo resultante destas políticas de aquisição e uma abordagem sobre a exposição fotográfica “Memórias da Maré”, encaradas enquanto estratégias de construção da memória e identidades do Bairro Maré.

Este estudo utilizou o método antropológico da observação participante e a pesquisa documental.

Palavras chaves: Arquivo. Memória. Identidade. Bairro Maré.

ABSTRACT

Case study about the construction of social memories and social identities in the Mare district, Rio de Janeiro, from the photograph collection of the Arquivo Documental Orosina Vieira, which has been created by militants of the non-governmental organization "Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré".

The objectives of this research are the analysis of the Archives creation processes, a reflection on the collection resultant from its acquisition policies, and an approach to the photograph exhibition "Memorias da Maré"; being all three understood as strategies for the construction of memory and identities in the Mare district. This case study employed the anthropological method of participant observation, as well as documental research.

KEYWORDS: Archive. Memory. Identity. Maré district.

PREÂMBULO

No início do ano de 1999, quando cursava o penúltimo período da graduação na Universidade do Rio de Janeiro, surgiu a idéia que serviria de base para esta dissertação. Estávamos reunidos, Waldemir Tavares, Júlio Mourão e eu, na cantina do Centro de Ciências Humanas da UNIRIO; éramos todos estudantes de museologia, com exceção do Júlio, o único bacharel entre nós. Nos conhecíamos da militância no Diretório Acadêmico, do qual fazíamos parte há pouco mais de dois anos. Debatíamos sobre a função social da museologia enquanto Waldemir, debruçado à mesa, expunha com entusiasmo suas idéias sobre como a museologia poderia servir aos interesses dos movimentos sociais tais como MST (Movimento dos Sem Terra) e MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto).

Muito influenciados pela “Nova Museologia” - já naquela época não tão nova assim, mas cujos princípios pouco haviam penetrado na formação que se dava no curso em que ingressáramos -, discutíamos a possibilidade de utilizar a memória das lutas de contestação social, construindo uma força contra a hegemonia da história oficial. Para o leitor menos familiarizado com os preceitos da Nova Museologia, a citação abaixo apresenta um dos conceitos formulados pelos teóricos desse movimento durante a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, ocorrida em 1972, que se refere ao museu enquanto:

(...) uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo, elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais. (COMITÊ BRASILEIRO DO ICOM: 1995, p. 21)

Valorizar as práticas comunitárias, a união de indivíduos em prol de melhorias em suas condições de vida e o reconhecimento que estes indivíduos passariam a ter de si mesmos enquanto sujeitos da história, eram pressupostos fundamentais, que norteariam qualquer experiência relacionada à utilização da memória social que eu viria a ter.

Algum tempo depois dessa conversa na cantina, que haveria de se prolongar em outras ocasiões, esses mesmos companheiros comentaram que haviam procurado a Diretoria de Museus / FUNARJ (Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro), então dirigida pela Sra. Maria Luiza Monteiro da Silva, e proposto um projeto que integraria o “Mutirão pela Paz” - programa desenvolvido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Não hesitei em me oferecer para participar do desenvolvimento do projeto, que na verdade ainda não havia sido esboçado em suas primeiras linhas. Juntou-se a nós Luis Antonio Gonzaga, mais um graduando em museologia – e

responsável pela primeira visita de Júlio à Secretaria de Museus – e demos início à elaboração do projeto, que inicialmente deveria ser direcionado ao Morro da Formiga (localidade situada no Bairro da Tijuca / Rio de Janeiro), onde aconteceria, dentro de poucos meses, a inauguração das atividades do Mutirão pela Paz. O projeto consistia, em linhas gerais, na mobilização da comunidade em torno da história local, na valorização de aspectos do cotidiano e do patrimônio cultural da comunidade, além da ênfase que dávamos à memória como uma forma de exercício da cidadania.

Não é possível afirmar com precisão a data em que iniciamos a elaboração do projeto, ou mesmo a data em que ocorreu a primeira reunião com a Diretoria de Museus da FUNARJ; entretanto, revendo o material produzido naquele período, posso deduzir que transcorreram aproximadamente quatro meses entre o início do desenvolvimento do projeto e a inauguração do evento, que ocorreu no final do mês de agosto de 1999.

Subindo o Morro

Após algumas reuniões onde Júlio, Waldemir, Luis Antônio e eu estabelecemos algumas prioridades de ação, marcamos a nossa ida ao Morro da Formiga. Júlio e Waldemir já haviam visitado o local algumas vezes antes de mim e participado de uma reunião em que se reuniam jovens e velhos da localidade para a discussão sobre assuntos diversos, referentes ao Morro da Formiga. Nessa reunião obtiveram uma boa impressão sobre as expectativas das pessoas quanto à possibilidade de se trabalhar com a história da comunidade.

Marcamos assim: Júlio me esperaria na esquina da Rua Conde de Bonfim com a Rua Medeiros Pássaro, que dá acesso à

Comunidade da Formiga, no ponto onde as Kombis se revezam para transportar as pessoas que sobem e descem o morro. Cheguei na hora combinada, às dez da manhã, e Júlio me aguardava no referido ponto de Kombis. Eu estava de moto e assim subimos a rua estreita, sinuosa e íngreme que conduzia à Associação de Moradores do Morro da Formiga (AMMF).

Paramos numa esquina próxima à Associação, naquele período instalada provisoriamente num barracão de madeira na Rua Castelonuovo, aguardando a reforma de um outro prédio pouco mais acima, onde posteriormente encontrar-se-ia a sede definitiva. Entramos e perguntamos por Nilza, a Presidente da Associação. Como ela não estava, esperamos sentados numa salinha, onde o trânsito de pessoas era freqüente. Na época as obras do Favela Bairro¹ estavam em andamento e a maioria das pessoas que entravam na Associação participavam desse projeto: garis comunitários, operários das obras de urbanização etc. Um cartaz com a figura de Mao Tse Tung afixado na parede me deixava mais à vontade. Eu estava um tanto inseguro a respeito do que diria sobre o nosso projeto à Nilza.

Não estivemos com ela nesse dia. Lembro-me apenas que em nossa primeira conversa com Nilza, ela demonstrou interesse pelo projeto, no entanto, pouco entusiasmo. Na época deduzimos que isso se devia às diversas empreitadas institucionais, principalmente iniciadas pelo poder público, que, apesar de encetadas com pompas e circunstâncias, malogravam por falta de interesse político. Mesmo assim ela foi bastante receptiva: apresentou-nos o seu vice-presidente,

¹ Programa de Urbanização de Áreas Favelizadas promovido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

um rapaz chamado Neo, e nos indicou alguns nomes de moradores que poderiam nos ajudar, entre eles o da Dona Zozoca, antiga moradora do bairro responsável pela organização de um grupo de Folia de Reis, festividade que há algum tempo não mais acontecia na comunidade.

Entramos em contato com Dona Zozoca por telefone e nos encontramos alguns dias depois na AMMF. Essa senhora, moradora de uma localidade situada num dos pontos mais altos do morro, senhora de aproximadamente 60 anos, surpreendeu-nos com o seu vigor na subida íngreme de aproximadamente quinhentos metros.

Nesta primeira visita, fomos os quatro à sua casa. Ao chegar ao fim da Rua Castelonuovo, entrou numa estreita via após sinalizar para uns rapazes parados na esquina em sinal de “tudo ok”.

Continuamos a subida por uma escada que levava à sua casa. Ao chegarmos ela nos ofereceu algo para beber e, enquanto observávamos de sua varanda, repleta de vasos de plantas das mais variadas espécies, a ampla vista do morro e do Bairro da Tijuca, trouxe-nos alguns álbuns de fotografias, a maioria delas retratando a Folia de Reis. Expusemos a ela nossa intenção de trabalhar com a memória e a história da localidade e que desejávamos, num futuro próximo, realizar uma pequena exposição com apoio dos moradores do Morro. Apesar de alguma relutância inicial, ela nos revelou o que julgava mais importante em seu “acervo particular”. Entrou em casa, voltou com uma chave nas mãos e pedindo-nos gentilmente que não mexêssemos em nada e abriu a porta de um pequeno quarto sem janelas no fim da varanda. Em seu interior havia fantasias, chapéus, tambores, perucas, estandartes e bandeiras cuidadosamente organizadas, que representavam de maneira ordenada a Folia de Reis.

No centro, logo em frente à porta, um pequeno altar sustentava o manto. Dona Zozoca nos esclareceu que caso o manto se distanciasse mais de sete passos de seu lugar ela teria que retomar as atividades da Folia durante os próximos sete anos, contrariando a vontade de seu esposo, que a advertia dos riscos à sua saúde devido ao grande esforço necessário para realizar a festividade, que durava dias seguidos. Entre as fantasias havia também fotos de alguns de seus parentes que haviam participado da Folia em algumas ocasiões.

Examinamos o material, seguindo as recomendações da curadora daquela exposição particular. Tínhamos então a certeza de que já havia algo pronto, ainda mais organizado do que esperávamos, e que poderia ser o ponto de partida para a realização do evento que tínhamos em mente para os próximos meses: a montagem de uma exposição que seria executada pelos próprios moradores, com aqueles objetos que eles guardavam em suas casas e que julgavam pertinentes para representar o local em que viviam.

O próximo morador que iríamos abordar, dias depois, seria o Senhor Luís Corrêa, também indicado pela presidente da AMMF como uma figura possivelmente relevante para o nosso trabalho, a julgar pelo tempo em que residia no local. Morava na parte mais baixa do Morro. Batemos palmas na entrada da sua casa e vimos descer um senhor alto e grisalho com um ar severo e interrogativo, que abriu o portão e indagou sobre o propósito de nossa visita. Pelo sotaque pudemos perceber a sua origem portuguesa. Júlio se antecipou nos apresentando ao senhor e justificando a nossa visita, expondo a nossa intenção de trabalhar com a memória local e a possibilidade de realizarmos uma exposição com acervo e participação dos moradores do lugar. Ainda que não tivéssemos pronunciado a palavra, o Senhor

Luís Corrêa nos interrompeu afirmando: “Aqui não é favela. Aqui é o Bairro da Cascatinha”. E continuou dizendo: “Favela é a partir dali (apontando para a parte mais elevada do Morro), onde aconteceram as invasões”.

Após alguns minutos de conversa, onde tentávamos convencê-lo a colaborar com nosso projeto contribuindo com seus depoimentos e com o que mais desejasse oferecer, ele pediu que aguardássemos um pouco, entrou na casa e voltou com um papel amarelado. Era a escritura da casa onde morava. Fez questão de que notássemos a referência ao local como “Bairro da Cascata”.

Reclamou bastante sobre o fato de pagar o imposto predial e que era uma contradição pagar tal soma para morar ali, enquanto outros que moravam tão próximos a ele não sofriam tais encargos.

A partir daquele momento não demorou muito para que ele percebesse que trabalhar sobre a memória e as identidades da localidade poderia ser também uma maneira de expor aos outros moradores esta faceta oficial, mas pouco conhecida, do Morro da Formiga enquanto Bairro da Cascata. Nesse momento ele se dispôs a nos ceder o que julgava possuir de mais valioso: a escritura da sua casa. Disse também que, se necessário, providenciaria uma cópia da mesma. Aproveitamos o ensejo para perguntar se ele possuía fotos que pudessem também servir ao projeto. Inicialmente ele afirmou que não possuía nada que pudesse ser de interesse dos outros moradores; contudo, após mais alguns minutos de conversa ele pediu que voltássemos outro dia quando nos mostraria o que fosse possível.

Restava-nos visitar a filha do compositor Sinval Silva, sambista do Grêmio Recreativo Escola de Samba Educativa Império da Tijuca e autor de alguns sucessos interpretados por Carmen

Miranda. Já haviam decorrido três meses desde o início do projeto, período em que realizamos diversas visitas ao local e pesquisas em diversas instituições (arquivos públicos e privados, bibliotecas, Prefeitura etc.). Nesse meio tempo, a Diretora de Museus da FUNARJ nos havia solicitado a realização da exposição, que deveria ocorrer no dia do lançamento das atividades do Mutirão pela Paz na Formiga. Embora nosso objetivo fosse a formação de “agentes de memória” - moradores locais aptos a realizarem a pesquisa, a preservação e a divulgação do patrimônio da localidade, devidamente instrumentalizados para desenvolverem uma atividade expositiva -, aceitamos a proposta, que poderia significar a continuidade do projeto, pois no evento estariam presentes várias autoridades, como a Vice-Governadora do Estado do Rio de Janeiro e outras figuras da administração do estadual e municipal.

Por telefone, Júlio marcou uma visita à casa da filha do compositor, Dona Matilda, que se dispôs a nos receber no dia seguinte. Chegamos na hora combinada e ela nos pediu para acompanhá-la até a sua sala, onde nos ofereceu café e bolo de milho.

Após nos apresentarmos, expusemos o nosso projeto e pedimos que nos contasse a sua história. Dona Matilda nos falou a respeito da sua origem mineira e de como seus pais haviam chegado ao Rio de Janeiro; disse-nos também o que já havíamos ouvido no depoimento de outras pessoas, como Dona Zozoca e Nilza, sobre a grande quantidade de mineiros que vieram morar no Morro da Formiga a partir da década de 40 e que desde então compunham a maior parte dos moradores. Na sala da sua casa havia por toda a parte quadros e troféus pertencentes ao falecido Sinval Silva; nos cantos do cômodo onde estávamos, alguns *posters* empilhados, entre esses uma

foto emoldurada, em péssimo estado, da cantora Carmen Miranda com uma dedicatória para seu pai, que ela fez questão de nos mostrar com orgulho, apesar de lamentar seus estragos. Aproveitamos a oportunidade para falar sobre os benefícios de se preservar aqueles objetos que se referiam, de alguma forma, à história e à memória local, e para explicar que dentro em breve realizaríamos uma exposição na qual gostaríamos de enfatizar também a presença de moradores de destaque no mundo da música. Foi o suficiente para que ela trouxesse uma caixa enorme e repleta de medalhas, troféus e outras lembranças de seu pai que ela acumulava desde a sua morte.

Separamos alguns objetos para a exposição, dentre eles um busto de Sinval Silva, uma partitura de uma de suas composições e algumas fotos. Levamos as fotos e a partitura para copiar num lugar perto dali e prometemos pegar o busto na véspera da exposição, garantindo a devolução logo após a realização da mesma.

Faltando apenas duas semanas para o evento, ainda precisávamos definir o tema da exposição, elaborar o roteiro da montagem e identificar o acervo que poderíamos utilizar. Tendo em vista que essa iniciativa contrariava a nossa expectativa inicial - que era a de terminar o projeto com uma oficina em que a exposição seria inteiramente realizada por moradores -, julgamos melhor abordar temas ligados a manifestações que incitassem à participação coletiva e que enfatizassem as características mais positivas da localidade.

Inicialmente pensamos em resolver a questão abordando a Folia de Reis, que representava um elemento aglutinador, ao mesmo tempo em que aparecia como um traço cultural expressivo no contexto do Bairro da Tijuca. Além disso, em quase todos os encontros com os

moradores a festividade era mencionada com saudosismo, tanto pelos mais velhos como pelos mais novos, que se referiam a ela com alegria.

Some-se a essa rápida análise o fato de que somente o que havia no “acervo” da dona Zozoca seria suficiente para ocuparmos os quarenta metros quadrados que seriam destinados à exposição no pátio coberto do Centro Municipal de Assistência Social Integrada (CEMASI) do Morro da Formiga. No entanto, não poderíamos negligenciar outras facetas interessantes de serem exploradas neste momento. Não era também o nosso intuito afirmar que o passado era melhor que o presente. Desse modo, resolvemos incorporar outras festividades de caráter aglomerador à exposição, como as festas e bailes organizados por grupos de jovens. Sendo assim, procuramos entrar em contato com alguns participantes do grupo denominado QVS (sigla atribuída à linha de ônibus 426, que faz o trajeto Tijuca-Copacabana), que contava com a participação de aproximadamente vinte jovens, alguns deles já conhecidos por nós das reuniões setoriais promovidas pela AMMF.

Como a ocupação do morro ocorreu, principalmente, motivada pela instalação de fábricas na região da Muda - localidade do Bairro da Tijuca onde se situa o Morro da Formiga -, o que atraiu um grande contingente de pessoas a morarem em seu entorno, julgamos apropriado fazer menção ao trabalho, dedicando a esse assunto espaço em um dos módulos da exposição. Outros aspectos da vida no local também foram abordados, como a culinária e a fitoterapia, pois durante o período em que entrevistávamos os moradores vários deles mencionaram a existência de parteiras e curandeiras que existiam na comunidade, além do fato de a maioria dos moradores reiterarem a sua origem ou descendência mineira e

mencionarem a ocorrência de pratos típicos da culinária desse Estado na dieta local.

A exposição

Decidimos dividir a exposição em quatro módulos, considerando as informações obtidas através de fontes oficiais e da experiência no local. Também levamos em conta o acervo disponível para a realização do mesmo e o orçamento, irrisório, que seria destinado à montagem, incluindo todo material: cento e cinquenta reais (equivalente a setenta euros).

Os módulos ficaram estabelecidos da seguinte maneira: ao primeiro caberia representar o trabalho; o segundo, a natureza e o conhecimento fitoterápico; o terceiro, a culinária; no último módulo estariam representadas as festividades (carneval, folia de reis, bailes e grupos musicais).

Iniciamos a montagem da exposição no dia vinte e um de agosto de 1999, às dez horas da manhã, no CEMASI, local onde seria exibida no dia seguinte. Levamos para lá o material de suporte e as ferramentas necessárias. Enquanto eu organizava os equipamentos, Luiz Antônio, Waldemir e Júlio, saíram para “garimpar” os objetos a serem expostos.

Após montarmos as paredes feitas com papelão pintado - material doado por uma fábrica de papel -, Dona Zozoca fez a sua aparição e montou um módulo destinado a representar a Folia de Reis, onde sequer pusemos a mão ou ousamos opinar. Ela demorou aproximadamente vinte minutos - tempo em que ficamos parados para assistir -, e foi, sem sombra de dúvida, o trecho esteticamente mais organizado da exposição. A movimentação que fazíamos no CEMASI

atraia a curiosidade de muitos moradores que passavam por ali. Alguns deles perguntavam do que se tratava e, após explicarmos, voltavam com fotos e recortes de jornais que acabamos incorporando à mostra.

Depois de tudo pronto, a exposição ficou mais ou menos assim: na entrada, havia o título “Muitas Vidas, Muitas Histórias: memórias de uma comunidade”, elaborado no decorrer da montagem; ao lado, uma foto, a mais antiga da exposição, datando de 1951, onde todos os moradores da Formiga (ou pelo menos a maioria deles, segundo haviam nos contado) estavam reunidos ao lado de políticos para comemorar a inauguração da luz elétrica na localidade. Essa foto foi adquirida no decorrer da montagem, graças a uma pessoa que registrou o acontecimento e que estava de passagem pela Formiga justamente por conta do Mutirão pela Paz.

Logo em seguida, no primeiro módulo dedicado ao Trabalho, havia uma foto do Sr. Luís Corrêa sobre a laje de sua casa, ainda em construção, e ao lado dessa uma cópia da escritura da sua residência, reproduções de um jornal local, “Folha da Formiga”, e de um panfleto acompanhado de uma foto, referentes à estação de rádio comunitária “Rádio Livre Experimental”. Nesse mesmo módulo, expusemos uma cópia ampliada da carteira de Registro de Artista de Sinval Silva, onde constava a atividade: Compositor. Para o segundo módulo, dedicado à natureza e ao conhecimento fitoterápico, fomos obrigados a recorrer a uma loja de plantas na Rua Conde de Bonfim, a poucos metros da entrada para o Morro da Formiga, onde tiramos fotos e pedimos algumas amostras de plantas acompanhadas de informações adicionais. No terceiro módulo, dedicado à culinária, expusemos um grande painelão cedido por dona Zozoca, onde a

mesma preparava o angu e outros pratos para o dia da Folia, e algumas receitas de pratos tipicamente mineiros, algumas adquiridas com moradores e outras obtidas na Internet. No quarto módulo, estavam as festividades: a Folia de Reis, com a contribuição da dona Zozoca e algumas fotos da festividade; o carnaval, com fotos, o busto do compositor Sinval Silva e algumas partituras de samba enredo de sua autoria; os grupos de baile e as bandas locais, com bandeiras e cartazes e fotos dos grupos apresentados.

No decorrer do evento, foi possível notar que, mesmo estando entre outras atividades e serviços básicos essenciais que eram oferecidos à população (registro de identidade, serviços de saúde e similares), a exposição apresentava-se como um grande atrativo.

Enquanto jovens se aglutinavam para ver a sua banda ou grupo representado na exposição, algumas pessoas mais idosas buscavam filhos e netos para apresentar-lhes, a partir das fotos mais antigas, entes falecidos cujos únicos registros fotográficos, por eles jamais vistos, estavam naquela exposição. De repente a exposição se transformou em um local de encontro, onde acontecimentos do passado eram rememorados e compartilhados entre as pessoas. Uma senhora chorando ao ver a foto do pai falecido enquanto apresentava-o à sua filha e um rapaz que dizia “O QVS agora é cultura”, mostrando aos amigos a bandeira de seu grupo na exposição, são alguns dos momentos fixados em minha memória sobre o dia do evento.

Toda essa comoção não era o nosso intuito. Na verdade, tínhamos pretensões bem mais modestas em vista do acervo, do tempo e da verba que nos foi disposta para a montagem. Nos dias subseqüentes, enquanto tratávamos de devolver os objetos aos seus respectivos donos, ouvimos bons comentários em relação ao evento e

à exposição em si. Estava claro para nós que havia interesse por parte da comunidade no prosseguimento do projeto. A partir de então, os nossos próximos passos eram: conseguir financiamento para dar continuidade ao projeto e envolver mais pessoas da comunidade e da universidade.

Passamos o resto do ano de 1999 e o início de 2000 procurando meios de financiar o projeto. Tentamos na universidade, como projeto de extensão, e em agências de fomento, como a Faperj, sem sucesso. A falta de um título acadêmico de mais alto nível e o nosso desligamento da universidade, devido à nossa formatura, dificultava a aquisição de financiamento. Resolvemos procurar o professor Mario Chagas, conhecido por nós, naquela época, graças à sua identificação com as idéias relacionadas à Nova Museologia e à “museologia social”. Chagas, cursando então o seu doutoramento, julgou mais oportuno que nos dirigíssemos a quem já dispusesse desse título, exigido na maioria dos casos para a condução de um projeto acadêmico, e nos apresentou à professora do Mestrado em Memória Social e Documento, Doutora. Regina Abreu. Após apresentarmos a ela o projeto e relatarmos nossas experiências no local, ela se mostrou interessada e solicitou-nos que marcássemos uma visita com a Nilsa, que ainda presidia a Associação de Moradores do Morro da Formiga.

O Mestrado

No dia oito do mês de outubro de 2000, segundo consta na fita cassete onde está gravado o depoimento da Presidente da Associação de Moradores da Formiga, Regina Abreu, Mario Chagas, Júlio e eu seguimos em direção à AMMF onde nos encontraríamos com a Nilza na sede nova da Associação. Durante o encontro, os professores deram

o tom da conversa. As palavras “museu”, “patrimônio”, “memória” e “cidadania” foram recorrentes durante todo o diálogo, e a Regina e o Mário pareciam estar convencidos de que havia, de fato, uma demanda para estabelecimento de um processo de criação de um museu no local. Na volta, os dois conversaram entre si sobre as possibilidades de ação, perspectivas no campo acadêmico, pertinência enquanto pesquisa para o mestrado em memória social. Marcamos um outro encontro alguns dias depois.

O nosso grupo inicial estava desarticulado. Luiz Antonio e Waldemir ainda participavam das nossas reuniões, mas não tínhamos o mesmo entusiasmo de antes. Se fosse o caso da Regina Abreu coordenar o projeto de extensão pela UNIRIO, teríamos que definir o papel de cada um no projeto sem que isso gerasse uma hierarquia ou privilégios de um em detrimento do outro. Não foi necessário nos preocuparmos com isso: Regina apresentaria para nós uma proposta que, até então, não fazia parte das nossas intenções.

Segundo ela, a nossa situação acadêmica não favorecia a concessão de bolsas pela universidade. Sua sugestão foi que tentássemos a prova para ingresso no Mestrado em Memória Social e Documento e, a partir daí, iniciássemos a pesquisa na Formiga. Não garantia mais nada; somente que, caso fôssemos aprovados na seleção de projetos e nas provas, ela se apresentaria como nossa orientadora.

Do nosso grupo, apenas Júlio e eu fizemos o concurso para o MMSD. A bibliografia não nos era estranha, pois a havíamos utilizado, em parte, para a elaboração dos projetos encaminhados às agências de fomento. Nos afastamos durante algum tempo da Formiga e uns dos outros. Eu apresentei um projeto de pesquisa que seria aplicado ao Morro da Formiga e Júlio apresentou um projeto, com

uma abordagem semelhante, relacionado à localidade de Rollas, favela situada no Bairro de Santa Cruz, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Contrariando nossas expectativas, ambos fomos aprovados. A partir daí, principalmente pelo fato da pesquisa de mestrado pressupor uma atitude quase “solitária” do pesquisador, nos afastamos ainda mais uns dos outros. A essa altura, Waldemir e Luiz Antonio já não tinham mais qualquer interferência direta nos nossos trabalhos: a equipe estava definitivamente desfeita.

A pesquisa

Na Formiga, desde o início de 2001, um grupo denominado “Jovens pela Paz”², formado por dez jovens da comunidade, realizava entrevistas com os moradores mais antigos do local. Com base na abordagem metodológica adotada na pesquisa (o método antropológico da observação participante), julguei oportuno acompanhar o processo de construção da memória em andamento graças às atividades desse grupo. No entanto, o meu engajamento não era o mesmo, e a liderança do grupo, um rapaz chamado Lupã, que eu já havia entrevistado e mantinha como principal “informante”, priorizava outros projetos relacionados à dança e ao hip-hop. O andamento das ações de construção da memória no Morro da Formiga estavam em ritmo lento e preocupante, tendo em vista os prazos estabelecidos pelo mestrado. Somavam-se a isso a conjuntura em que se encontravam as disputas entre facções rivais de comerciantes ilegais de drogas naquele período. Neo, um dos meus informantes, que naquele ano presidia a AMMF, havia desaparecido em circunstâncias alheias ao meu conhecimento. Posteriormente recebi a notícia de que a Nilza, então vice de Neo, havia se mudado de lá. As atividades de coleta de depoimentos de moradores por parte dos Jovens Pela Paz haviam praticamente cessado e parecia cada vez mais distante a possibilidade de implantação de um centro de memória, museu ou algo do gênero na Formiga.

No final do ano, às vésperas da apresentação do texto de qualificação no mestrado, tive a oportunidade de conhecer o projeto

² Programa realizado pela ONG Viva Rio em parceria com o Governo do Estado, iniciado em meados de 1999.

Rede Memória da Maré/CEASM, momento descrito na introdução a seguir. Tendo em vista as dificuldades de prosseguir com as atividades de campo na Formiga, julguei conveniente mudar o tema da dissertação, iniciando a pesquisa que daria origem à dissertação “Cerzindo a Rede da Memória: estudo sobre a construção de identidades no bairro Maré”.

A experiência adquirida na Formiga não foi abandonada, tampouco o trabalho iniciado na Maré constituiu uma pesquisa inteiramente diversa; na verdade, trata-se de uma continuidade, uma abordagem sobre as mesmas questões, sob um outro enfoque e em uma localidade com características diferentes, onde os trabalhos de construção da identidade e memória por parte de uma instituição local (CEASM) estavam bem mais avançados. Por trás da minha investigação de cunho acadêmico, as perguntas mais importantes, ainda que tácitas - minhas “dúvidas existenciais”, como diria a minha orientadora -, foram: o que pode a ação da museologia diante de uma realidade tão difícil e de necessidades tão urgentes relacionadas às questões básicas da sobrevivência? As novas diretrizes teóricas da museologia ocorridas com a “Nova Museologia” apontam para um avanço em relação à organização das demandas locais e conquista de direitos e cidadania? Ou é mais uma das facetas da chamada globalização que preconiza a valorização de identidades locais em detrimento da ideologia da “unidade nacional”?

Nenhuma resposta a essas questões é dada na dissertação a seguir, mas ela pode instigar a uma reflexão sobre ações da natureza das que serão relatadas aqui.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um estudo de caso sobre a construção de identidades no bairro Maré, a partir do acervo fotográfico do Arquivo Documental Orosina Vieira (ADOV), criado por um grupo de pessoas, moradoras e ex-moradores do bairro, que militam na organização não-governamental denominada Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM).

É oportuno mencionar que o bairro Maré localiza-se próximo à Baía de Guanabara, à Avenida Brasil e às principais vias de acesso à cidade do Rio de Janeiro. Uma abordagem aprofundada sobre a localização e características deste bairro será apresentada no segundo capítulo, intitulado “O lugar, os narradores, a Instituição”.

O ponto de partida para este estudo articula-se à experiência anteriormente realizada no Morro da Formiga ³, onde foi desenvolvida uma ação visando trabalhar com a memória local, que culminou com a elaboração e montagem de uma exposição. Embora essa atividade não se tenha realizado por completo, forneceu base empírica e experiência de campo necessárias à realização da pesquisa no bairro Maré.

Minha aproximação ao grupo responsável pelo projeto do Arquivo ocorreu a partir do evento denominado “Jornada Museu: práticas museais e apropriação cultural”, realizada na FIOCRUZ. O evento teve entre os seus palestrantes os professores do Mestrado em Memória Social / UNIRIO Regina Abreu e Mario de Souza Chagas.

³ O Morro da Formiga localiza-se no bairro da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro.

Após a exposição do projeto Rede Memória / CEASM, por Cláudia Rose Ribeiro da Silva, os professores mencionados convidaram-na a apresentá-lo novamente na disciplina “Memória e Patrimônio”, que ministravam durante o segundo semestre de 2002. Durante essa segunda apresentação, que contou também com a participação de Antônio Carlos Vieira⁴, tive a oportunidade de conhecer as atividades promovidas pela Rede Memória⁵, núcleo do CEASM onde são elaborados, entre outros empreendimentos, as ações relacionadas ao ADOV. Essa Rede é coordenada conjuntamente por Cláudia Rose e por Antônio Carlos, ambos diretores e membros fundadores do Centro. O meu interesse pelo tema levou-me a acompanhar o processo de elaboração desse projeto, que apresenta como um de seus objetivos principais a implementação do Arquivo citado que, naquele período, ainda estava em fase preliminar.

Optei por trabalhar sobre o material fotográfico recolhido pela Instituição, tendo em vista o seu volume, organização, divulgação e importância entre as outras atividades em andamento na Rede Memória. No entanto, privilegiado pela possibilidade de aproximação com o ambiente estudado, pretendi, também, acompanhar o desenvolvimento e a implantação das políticas de aquisição e de divulgação do material que fará parte do acervo do Arquivo.

⁴ Cláudia Rose e Antonio Carlos fazem parte do grupo de idealizadores / fundadores/ narradores do CEASM. Sobre eles são apresentadas mais informações no capítulo 2, item 2.2.

⁵ Uma abordagem mais detalhada sobre o Projeto Rede Memória encontra-se no capítulo 2, item 2.3.2.

Constituem os objetivos desta pesquisa, além da análise do processo de criação do ADOV e da elaboração das políticas acima mencionadas, enquanto estratégias de construção da memória do bairro, uma reflexão sobre a exposição “Memórias da Maré”, elaborada a partir dos conceitos formulados pelo grupo em questão, onde são exibidas várias imagens pertencentes ao acervo do Arquivo e cuja narrativa apresenta elementos que apontam para alguns aspectos das identidades que os narradores do CEASM desejam construir para a Maré.

Para isso, o método antropológico da observação participante apresentou-se como alternativa adequada, pois permitiu um maior envolvimento entre o pesquisador e seu objeto de estudo.

A pesquisa documental foi imprescindível em virtude da natureza deste estudo, que se atém, em última instância, aos documentos produzidos pelos narradores do Arquivo.

Três questões básicas são propostas como tema central desta investigação: Por que a memória do bairro Maré representa um fator relevante para os integrantes do CEASM? Que projeto de memória os integrantes do CEASM almejam para a Maré? De que maneira esse projeto articula memória e identidades sociais?

Como estratégia para a resolução destas questões, a dissertação é dividida em três capítulos, indicando três etapas do processo reflexivo.

No primeiro capítulo, “Memória e Identidade: correlações e interferências”, procuro analisar criticamente a relação entre os dois conceitos, reconhecendo que a constituição da memória social está articulada ao processo de construção de identidades, e que tanto um

quanto o outro não são conceitos dados e imutáveis, mas com múltiplas atribuições de significados.

Para tratar das problemáticas inerentes ao campo da memória social, parto da contribuição de clássicos como Maurice Halbwachs (1990), e de debates mais recentes, envolvendo autores como James Fentress, Chris Wickham (1992) e Myrian Sepúlveda dos Santos (1993). Com relação especificamente ao conceito de identidade social, tomo como interlocutores Michael Pollak (1992) e Ulpiano Bezerra de Meneses (1993).

No segundo capítulo, “O lugar, os narradores, a Instituição”, procuro situar geograficamente o bairro Maré, dando conta de algumas características históricas e sociais: aspectos físicos, formação e origem da população local e características sociopolíticas; analiso as relações entre os narradores, fundadores do CEASM, apresentando aspectos da trajetória de vida de cada um deles; e, por fim, apresento algumas características da instituição CEASM, abordando algumas de suas finalidades e Redes. Para o desenvolvimento deste capítulo, entrevistas com os coordenadores do projeto Rede Memória, jornais e dados obtidos junto à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, teses e outros trabalhos desenvolvidos especificamente por alguns dos fundadores do CEASM, além do *site* da instituição, que contribuiu com valiosas informações, foram utilizados. O estudo histórico sobre a Maré de Antônio Carlos Pinto Vieira (2002) e a tese de Jailson de Souza e Silva (1999), por fornecerem informações substanciais para este capítulo, são fontes freqüentemente citadas.

No terceiro e último capítulo, “O acervo em questão”, o foco do meu trabalho concentra-se sobre o Arquivo Documental Orosina

Vieira e seu acervo fotográfico, mais especificamente o apresentado na exposição “Memórias da Maré”, buscando na sua dinâmica os elementos próprios da construção de identidades sociais. As memórias da Maré, longe de serem processos que terminam em si, como o fluxo e o refluxo das águas, são construídas e também constroem memórias sociais. Mas a memória é também objeto de disputas, já que ela se constitui em um campo de tensões e conflitos da vida social. Nesta perspectiva, os esquecimentos e silêncios são fenômenos a serem observados.

As análises realizadas em campo, as entrevistas e a exposição “Memórias da Maré” forneceram a base do estudo desenvolvido nesse capítulo. No entanto, para compreender o material estudado, foi necessário recorrer a autores que tratam especificamente sobre as noções de documento e arquivo; para tanto, utilizei as reflexões de Henry Rousso (1996).

CAPÍTULO 1 – MEMÓRIA E IDENTIDADE: CORRELAÇÕES E INTERFERÊNCIAS

A proposta deste capítulo é analisar as correlações entre as categorias *memória* e *identidade*, ou seja, a maneira como se relacionam mutuamente, implicando em interferências em seus processos de construção. Inicialmente, no entanto, faz-se preciso aprofundar cada uma destas categorias, sublinhando-se, sempre que necessário, as relações entre uma e outra.

O conceito de memória coletiva foi inicialmente formulado por Maurice Halbwachs (1990) no contexto da tradição durkheimiana em que a questão das representações individual/coletiva, posta à mesa por Émile Durkheim nas últimas décadas do século XIX, era debatida. Na ocasião, a grande novidade da Escola Sociológica Francesa, liderada por este sociólogo, era a afirmação dos conceitos de *consciência coletiva* e de *representação coletiva*. O trabalho de Durkheim "Representações Individuais e Representações Coletivas" (DURKHEIM, 1970), tornou-se um clássico desta Escola, até hoje uma das mais importantes referências para o estudo das ciências sociais. Os intelectuais ligados à Escola Sociológica Francesa esforçavam-se para explicitar a idéia de que os indivíduos expressam representações que são sociais, ou seja, que dizem respeito a um coletivo de indivíduos. O grande debate do momento era: haveria uma autonomia do individual ou toda a representação individual é sempre coletiva/social? Para a Escola Sociológica Francesa, a ênfase estava em procurar compreender as determinações do social no individual.

Seguindo esta linha de pensamento, coube a Halbwachs - que mantinha uma estreita relação com Émile Durkheim (KARADY, 1972) - estudar as representações mentais enquanto representações coletivas. Uma vez estabelecido que toda a memória é uma reconstrução parcial e seletiva do passado, cujos pontos de referência só podem ser fornecidos pela sociedade, ele se interessa menos pelo funcionamento da memória do que pelas suas funções sociais em diferentes meios de enquadramento psíquico: a família, as classes, as comunidades religiosas, os grupos profissionais.

Halbwachs destaca a importância da memória como fator de coesão dos grupos. Como decorrência, a memória individual é vista como a expressão das relações entre o indivíduo e os grupos dos quais ele participa:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990, p. 26)

Desse modo, para ele a memória individual está sujeita às regras da formação da memória coletiva e freqüentemente exprime as necessidades ideais do grupo.

Ao tomar essa posição em seus estudos, Halbwachs, ainda que compreendido dentro de um contexto intelectual específico, sofreu algumas críticas de autores que posteriormente se debruçaram sobre a questão da memória como fenômeno social.

Reconhecendo a importância seminal dos estudos de Halbwachs sobre a Memória Coletiva e a sua ligação com a Escola Sociológica Francesa, James Fentress e Chris Wickham (1992, p. 8) indicam na obra daquele uma tendência a conceder um valor “excessivo à natureza coletiva da consciência social e um relativo desprezo à questão do relacionamento entre a consciência individual e a das coletividades que esses indivíduos efetivamente construíram”.

Segundo Fentress e Wickham, é o indivíduo quem recorda. No entanto, tanto os processos cognitivos de rememoração quanto a própria lembrança são influenciados pelo contexto social em que o indivíduo se encontra. As palavras são elementos freqüentemente mencionados para se referir aos aspectos sociais da recordação: elas consistiriam no fator estrutural da memória presente na narrativa.

Para se distanciar da visão durkheimiana da predominância do coletivo sobre o individual, Fentress e Wickham propõem a utilização do termo “memória social”⁶, pois, segundo eles, a concepção de memória coletiva de Halbwachs coloca o indivíduo numa condição de “autômato”, cuja memória individual seria apenas o produto de uma intercessão de identidades de grupos. “É por esta razão (e também para evitar a imagem de um inconsciente coletivo

⁶ Cabe salientar que a expressão “memória social” já havia sido utilizada por Halbwachs em seu livro “A memória coletiva” (1990).

junguiano)” que Fentress e Wickham preferem usar a expressão “memória social” em vez de “memória coletiva”, a despeito de a segunda expressão ser mais fácil de reconhecer (FENTRESS J. & WICKHAM, 1992, p. 8).

Não obstante essas afirmações, Fentress e Wickham continuam a seguir as indicações deixadas por Halbwachs de que a memória é uma reconstrução do passado no presente: o seu caráter contingente implica dizer que a memória é reconstruída no presente sob as contingências do presente, e sua função neste processo é, mais uma vez, a coesão social:

Se o que vemos hoje tivesse que tomar lugar dentro do quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de nossas percepções atuais. Tudo se passa como se confrontássemos vários depoimentos. (HALBWACHS, 1990, p. 25)

Fentress e Wickham concluem que a memória não se preserva integralmente no decorrer do tempo e não pode ser considerada “fiel depositária” das experiências do passado; pelo contrário, a memória passa por um contínuo processo de “esborratamento” (FENTRESS J. & WICKHAM, 1992), resultado da contínua atualização das lembranças no presente. Ou seja, uma imagem do passado, preservada e transmitida ao longo do tempo não seria, portanto, algo possível –

Na realidade, estas imagens de continuidade ininterrupta costumam ser meras ilusões. A transmissão da memória social é um processo de evolução e mudança. A mudança pode porém ocultar-se à própria comunidade, pois para ela a sua reserva de recordações – as suas técnicas, as suas histórias e a sua identidade colectiva – surge como algo que sempre foi assim. (FENTRESS J. & WICKHAM, 1992, p. 241)

Mas não é apenas a percepção no presente que determina a construção das imagens do passado: as próprias percepções sobre o presente são construídas no decorrer da vida, individual e social. O instrumental que recolhemos, no decorrer das experiências de vida, o aprendizado, o conhecimento de novas palavras, para citar um exemplo, são utilizados para interpretar as imagens do passado segundo as necessidades e possibilidades que nos são dadas no presente. Poderíamos afirmar que uma mesma lembrança sofre influências, em sua construção, dos processos cognitivos desencadeados e reformulados. Em seus estudos sobre a amnésia coletiva, Myrian Sepúlveda dos Santos (1993, p. 23) indica que “não só o passado é interpretado no presente, como também o ato de interpretar é determinado pelo passado”.

Os conceitos formulados sobre a memória, até este ponto, sugerem uma certa instabilidade, devido ao seu carácter mutável e a sua necessidade de permanente atualização, seja essa uma atualização construída inteiramente no presente, para atender às necessidades de uma coesão social, uma evolução, resultante do contínuo “esborratamento”, ou mesmo uma interpretação do passado

à luz de determinações naquele produzidas que se projetam no presente.

A categoria identidade social aparece em diversas ocasiões incorporada à problemática da memória social; no entanto, a identidade é comumente associada à idéia de estabilidade. Michael Pollak (1992, p. 203), por exemplo, indica essa característica flutuante, mutável da memória, mas afirma haver momentos em que o trabalho de solidificação da memória impossibilita essas variações. Esses elementos invariáveis passariam então a “fazer parte da própria essência da pessoa”, uma forte identificação com determinado passado que ocorre de maneira tão intensa que poderíamos chamá-la “herança”. Pois é nessa herança, aspecto do passado transmitido sem variações, que o autor verifica a relação entre memória e identidade.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. (POLLAK, 1992, p. 205)

O caráter de permanência de alguns aspetos da memória, para Pollak, são tão importantes que a ruptura da sua continuidade provocaria fenômenos patológicos. É relevante destacar que também a identidade não é totalmente estática ou imutável, não se traduzindo na “essência” de uma pessoa ou grupo. O processo de construção da identidade não é um processo totalmente individual: todos

precisamos de um “outro” para tomarmos consciência de nós mesmos. O indivíduo, como sua própria identidade, constitui-se ao se diferenciar, isto é, separando-se e ligando-se ao “outro”, em um processo de adesão e rejeição simultâneas. Pollak, recorrendo à psicologia social e à psicanálise para compreender processos engendrados em sua construção, situa três elementos essenciais:

Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso o próprio corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. (POLLAK, 1992, p. 204)

Procedendo dessa maneira, Pollak identifica aspectos objetivos da identidade, no instante em que a define e descreve a partir de um conjunto de critérios determinantes: a origem comum, a hereditariedade, a genealogia, a psicologia coletiva, a ligação a um território; ao mesmo tempo, aponta para aspectos subjetivos do fenômeno identitário, quando considera a identidade, também, um sentimento de pertencimento ou de identificação com uma coletividade. Não obstante, sobressai em sua análise o legado cultural, a socialização do indivíduo no seu grupo cultural e a sua interiorização dos modelos culturais.

Os conflitos inerentes à construção da identidade também são apontados por Ulpiano Bezerra de Meneses (1993), que afirma que a identidade está invariavelmente associada ao poder. Em sua crítica à valorização do “reforço da identidade cultural”, promovida a partir da década de 60 como estratégia de ação para museus, Meneses evidencia que, embora o caráter seletivo da identidade fosse, às vezes, reconhecido, “sua natureza, enquanto fenômeno social, era ignorada” (MENESES, 1993, p. 143). É preciso esclarecer que, no contexto em que se dava essa discussão, os museus eram convocados a trabalhar as identidades culturais no sentido de reforçá-las, protegê-las, recriá-las. Nessa perspectiva, a identidade manifestava a sua tendência conservadora.

Ulpiano vê na manipulação da identidade um terreno propício à mobilização ideológica, legitimando práticas sociais de segregação, já que, segundo ele, a identidade, tendo como foco a semelhança, produz, em sua decorrência a diferença. É a vontade de diferenciação e a utilização de certos aspectos culturais que marcam a identidade específica do indivíduo ou do grupo.

A identidade nunca é um processo acabado, é um processo em construção, pleno de tensões. No contexto do grupo em que convive, o indivíduo está entre dois pólos na formação de sua identidade. Um torna-o espelho do social, refletindo as características do seu grupo; o outro acende a chama da sua individualidade. Todos somos, ao mesmo tempo, universais e singulares. Pertencemos ao mundo e aos nossos grupos sociais restritos.

A identidade é vista, aqui, como um componente da memória social; entretanto, ambos os conceitos se encontram

mutuamente relacionados e relacionando o indivíduo com o meio social, seja esse próximo ou distante. A identidade social de um indivíduo ou de um grupo é caracterizada pelo conjunto de pertencimentos do seu sistema social. Quanto ao indivíduo, esse as encontra na classe sexual, na classe etária, numa classe social, numa nação, etc. Quanto ao grupo, também ele é dotado de uma identidade e de uma definição social negociada, que o permite situar num conjunto social onde a memória representa fator de coesão indispensável. Sendo assim, podemos dizer que a identidade e a memória social são conceitos que freqüentemente se embaralham e se entrelaçam, provocando interferências um sobre o outro.

CAPÍTULO 2 – O LUGAR, OS NARRADORES, A INSTITUIÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro é marcada por grandes contrastes decorrentes de características naturais (geológicas, topográficas, climáticas) e históricas que influíram na formação da cidade. Coexistem, de maneira quase sempre conflituosa, natureza e aglomerados urbanos e, nesses, bairros privilegiados com equipamentos de saúde, lazer, e segurança próximos a construções de madeira e alvenaria sem reboco, onde muitas vezes água e luz só chegam através de instalações clandestinas. Daí a noção de “cidade partida” que, após o livro do escritor e jornalista Zuenir Ventura, publicado em 1994, veio a tomar força nos meios acadêmicos e nas diversas publicações que tratam de assuntos referentes aos espaços urbanos de segregação nas grandes cidades (em particular no Rio de Janeiro, de onde parte o autor para formular este conceito). A idéia presente nesse livro, que retrata de forma dramática as relações entre favela e “asfalto”, através da abordagem do cotidiano de traficantes da favela carioca de Vigário Geral, traz à tona o sentimento de ruptura entre “asfalto” e favela, sendo a favela identificada como lugar da violência e exclusão do acesso à cidadania.

Posteriormente, apontando para outra direção e a partir de outro ponto de vista - o da favela -, Adair Rocha, autor de Cidade Cerzida (2000), expõe as iniciativas empreendidas no sentido de diminuir as distâncias entre o “asfalto” e a favela. Para este autor, é mais relevante a abordagem dos processos de construção da cidade cerzida que a constatação da dicotomia favela/asfalto. Para ele, essa dicotomia justifica, em alguns momentos onde metáforas mais

perigosas como “situação de guerra” são utilizadas, ações que iriam além do cumprimento da lei pelo “inimigo”, identificado pelos setores da sociedade que precisam pensar a favela enquanto “espaço de confinamento”.

Rocha, doutor em comunicação e professor ligado ao Departamento de Teologia da PUC-Rio, “apoiado em 18 anos de experiências ponteadas” - pois, segundo o próprio autor, “não houve a presença cotidiana no Santa Marta” (ROCHA, 2000, p. 44) - observa a promoção local de práticas políticas e partidárias, culturais e religiosas. Concentrando seus estudos nos olhares e ações do jornal ECO e do grupo ECO, analisa as lutas e conquistas deste grupo no espaço do “Saber”, que segundo ele “é a sistematização do poder e vice-versa.” (ROCHA, 2000, p. 131). É justamente neste campo que atua o CEASM. Além de promover e incentivar atividades relacionadas à educação e às artes em geral, conquista importantes posições no espaço do Saber, construindo conhecimento através das ações de suas diversas Redes (a Rede Comunicação, o Observatório Social e a Rede Memória dão exemplos claros dessa construção de conhecimento, como poderá ser notado ao longo deste trabalho).

Na Maré a iniciativa dos atores do CEASM tem sido justamente no sentido de construir uma narrativa na qual o espaço compreendido pela região da Maré e os seus moradores estejam intrinsecamente ligados à história da cidade e do país, contada pela perspectiva de quem vive, ou viveu, do lado até então esquecido pelos discursos historiográficos dominantes e pelas instituições oficiais de memória. Esses narradores, à semelhança do que recomenda Benjamin, apropriam-se de uma "reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo". Eles se apropriam do passado e

recontam as histórias dos seus próprios mortos. "O dom de despertar no passado as centelhas da esperança", como diz Benjamin em sua tese "Sobre o conceito da história", "é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer" (BENJAMIN, 1994, p. 224-225).

Longe de apresentarem apenas informações sobre a região e seus moradores, contam histórias sobre eles, constroem narrativas e, como artesãos de redes de memória, tecem a trama que vincula a cidade à Maré, o indivíduo ao coletivo, o público ao privado e imprimem nessas narrativas a sua marca "como os vestígios da mão do oleiro no vaso de argila". (BENJAMIN, 1994, p. 107). Não é sem sentido que um dos projetos da Rede Memória é a organização de um grupo de contadores de histórias, e que no periódico "O Cidadão - O Jornal do Bairro Maré"⁷ aparecem temas como "História da Maré", "Lembranças da Maré", "Cantos e Contos da Maré" e "Como vovó já dizia..."

Assim, as práticas de colecionamento que estão na gênese do Arquivo Documental Orosina Vieira constituem novas possibilidades de narrativas, onde os objetos coletados, resultantes das escolhas efetuadas por estes narradores, funcionam como "chaves" capazes de estabelecer uma ligação com o passado, através do qual a trama que envolve a Maré e a cidade se torna mais visível.

⁷ O CIDADÃO - O JORNAL DO BAIRRO MARÉ. Rio de Janeiro, ano IV n. 19, Abril /2002.

2.1 - O BAIRRO MARÉ

2.1.1 - LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO MARÉ

O bairro Maré está localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro e é limitado pelo Canal do Cunha, ao sul; pelo Rio Irajá, ao norte; pela Baía da Guanabara, ao leste; e pela Avenida Brasil, a oeste, sendo essa avenida a principal via de acesso ao local.

Compõem o bairro – XXX Região Administrativa da Cidade do Rio de Janeiro – dezessete comunidades com aspectos históricos, sociais e urbanos diversos, tanto no que se refere ao início da ocupação quanto no que se refere à origem da população e às características urbanas. São essas comunidades⁸: Parque União, Vila Pinheiros, Parque Maré, Baixa do Sapateiro, Nova Holanda, Vila do João, Rubens Vaz, Marcílio Dias, Timbau, Conjunto Esperança, Salsa e Merengue, Praia de Ramos, Conjunto Pinheiros, Nova Maré, Roquete Pinto, Bento Ribeiro Dantas e Mandacarú (CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ, 2000, p. 7)⁹.

⁸ Foram consideradas as localidades abordadas pelo Censo Maré 2000. Convém esclarecer que o Censo Maré é realizado pelo Observatório Social da Maré, núcleo pertencente ao CEASM, que em parceria com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, o Instituto Pereira Passos – IPP e a Escola Nacional de Ciências e Estatística – ENCE, recolhe informações sobre o bairro Maré que compõem os atuais dados oficiais do Censo.

⁹ “O Censo Maré, a fim de melhor descrição da heterogeneidade local, considerou a comunidade de Mandacarú, localizada no território de Marcílio Dias, como uma comunidade específica, devido às suas condições peculiares”.

2.1.2 - HISTÓRICO DA REGIÃO

Muito pouco da história da formação do bairro Maré foi escrito, e o pouco de que se dispõe a respeito do assunto pode ser encontrado em fragmentos dispersos em documentos oficiais e livros que tratam da história geral da cidade do Rio de Janeiro e de seus bairros. No entanto, graças à ação militante de alguns indivíduos da Maré, em especial pessoas ligadas ao CEASM, estes dados vêm sendo reunidos, ajudando a construir um histórico mais denso e substancial sobre as ocupações e transformações urbanas do bairro.

Antônio Carlos Vieira, um dos fundadores do Centro, a partir de extensa bibliografia, estudos em arquivos e depoimentos de moradores, coletou e organizou um conjunto de informações que deu origem ao trabalho denominado "Histórias da Maré" (VIEIRA, 2002), que contribui para a compreensão do discurso dos militantes do CEASM sobre a região. Este texto inédito tem sido utilizado como fonte bibliográfica para a realização de estudos e exposições, e é com ele que passei a dialogar para a construção do histórico que se segue.

O estudo realizado por Vieira inicia a sua narrativa histórica em tempos remotos, bem anteriores à ocupação da região da Maré pelos habitantes atuais.

Os primeiros habitantes viveram na região há cerca de 8.000 anos atrás, como coletores e pescadores, atraídos pela abundância dos recursos naturais oferecidos pela Baía de Guanabara. Há cerca de 1.300 anos a região já estava ocupada pelos índios Tupinambás que foram os ancestrais dos índios encontrados pelos portugueses na

época da descoberta: os da nação Tupi-Guarani.
(VIEIRA, 2002)

Ao iniciar sua narrativa, Vieira remonta a oito mil anos e finca o seu marco de origem no mundo pré-histórico, dominado pela oralidade, pela tradição e pela memória. Além disso ele tece um ligações entre o passado remoto e o presente, entre a história do Brasil e a história da Maré.

Vindo de períodos que remontam ao paleolítico, passando pela chegada dos portugueses e pela divisão das terras em sesmarias, o autor chega ao século XX e nos conta que a ocupação urbana que deu origem à configuração atual da Maré teve início por volta dos anos 40. Assim, se há um marco de ocupação fincado no passado distante, há também uma marco de ocupação recente, que se explica por diversos fatores, dentre os quais destacam-se as constantes reformas urbanas que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro e as remoções das populações de favelas e cortiços, que passaram a procurar lugares mais afastados e de pouco valor imobiliário.

A comunidade do Morro do Timbau aparece em seus estudos como uma das primeiras a se formar na Maré.

As comunidades da área hoje conhecida como Complexo da Maré surgiram a partir da década de 30, impulsionadas por diversos fatores. A comunidade mais antiga é a que se originou no Morro do Timbáu, região já ocupada desde o período colonial, por se localizar ali o antigo Porto de Inhaúma. Posteriormente, a área vai ser ocupada primeiro por portugueses e italianos que ali estabelecerão suas chácaras e por fim por pescadores que ali fundarão uma colônia de pesca. O nome da comunidade passa a ser o da região, que era conhecida como thybau, do tupi-guarani, "entre as águas", o que

denota terem sido os índios os primeiros habitantes do lugar. (VIEIRA, 2002)

Segundo Vieira, baseado no estudo de Carlos Nelson¹⁰ sobre a localidade, é apenas em meados da década de 1940, com a chegada de Dona Orosina e seu esposo, que tem início a ocupação da região, graças à construção de palafitas sobre áreas pantanosas e alagadiças:

A ocupação da comunidade propriamente dita se dá a partir da chegada da primeira moradora da comunidade, D. Orosina, que num passeio de final de semana se apaixona pelo lugar, e recolhendo a madeira que a maré trazia, demarca uma área e constrói o primeiro barraco [...] (VIEIRA, 2002)

Orosina Vieira, importante personagem local que dá nome ao Arquivo, aparece aí como "mãe fundadora" da comunidade, instituindo o marco da ocupação da Maré pela população atual. É até hoje lembrada, como pude comprovar em conversas e entrevistas, como uma mulher forte e determinada, uma rezadeira que gozava do respeito da comunidade por suas qualidades e serviços prestados. Contam que ela possuía uma "garrucha e um facão" com os quais impunha respeito e mantinha uma certa ordem na região; esses objetos estão sendo almejados pelos integrantes como possível acervo de um

¹⁰ Carlos Nelson Ferreira dos Santos é renomado arquiteto e antropólogo cujos estudos se concentravam sobre as questões referentes às habitações populares e reurbanização de favelas. Em idos dos anos 70-80 realizou um estudo sobre o Morro do Timbau.

futuro museu ou reserva técnica. Seu papel como mito fundador da região parece simbolizar o merecimento à terra que convida à construção das moradias e a força dos indivíduos que resistiram às dificuldades para permanecerem no local. Não é por acaso, portanto, que o texto de Vieira se inicia no passado distante, quando a região era ocupada por coletores e pescadores e depois por populações indígenas. Está em pauta, como se pode perceber, uma história de ocupações da região. A chegada de Dona Orosina é descrita com um acento mítico. Ela vai para um passeio de fim de semana, encanta-se com a paisagem da região e, recolhendo no fluxo da maré pedaços de madeira, constrói as bases da sua moradia.

Ainda por volta da década de 40, teve início a construção da Avenida Brasil, primeiramente denominada Variante Rio-Petrópolis, que, aliada ao fenômeno migratório provocado pelo êxodo rural, principalmente da região Nordeste do país em direção às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, intensificado após o fim da segunda Guerra Mundial, contribuiu ainda mais para a ocupação da região da Maré e entorno.



(FIGURA 2)

Obras de construção da Avenida Brasil, trecho Mangueinhos.

s/autor. c. 1940. Acervo do Arquivo Geral da Cidade.

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

Em meados da década de 40, já podiam ser contabilizadas aproximadamente oitocentas palafitas, construídas nos limites do bairro de Bonsucesso, em áreas adjacentes ao Morro do Timbau, onde surgia a localidade da Maré denominada Baixa do Sapateiro.

Posteriormente, enquanto a ação estatal cobria rapidamente vastas porções da Baía da Guanabara para a construção da Cidade Universitária, entre os anos de 1949 e 1952, a população da Maré se expandia por sobre os mangues, com a realização de aterros clandestinos e construção de palafitas que se estendiam a partir da

Baixa do Sapateiro, formando a comunidade que viria a ser chamada de Parque Maré.



(FIGURA 3)

Vista das Palafitas da baixa do Sapateiro. s/d. s/a.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

Vieira nos indica que, nesse mesmo período, surgia próximo ao Parque Maré uma outra comunidade, sobre o terreno arenoso conhecido como “areal”, resultante dos despojos da drenagem do Canal da Portuária. O nome oficial somente foi atribuído em 1965, quando a associação de moradores do local, em homenagem ao Major

da FAB morto no atentado contra Carlos Lacerda, renomado jornalista e político carioca, deu à localidade a denominação de Parque Major Rubens Vaz.

Outra figura importante na História da Maré é o advogado Margarino Torres, que em 1959 coordenou o processo de loteamento da comunidade do Parque União. Segundo Vieira, esse advogado, ligado ao PCB e que "desejava criar um bairro de boas condições de habitabilidade e circulação" (VIEIRA, 2002), teve um papel determinante na configuração do local, intercedendo junto ao poder público, evitando remoções e o desmonte dos barracos por parte da polícia. Ele cobrava taxas que eram revertidas para benfeitorias na área e para o pagamento de seus honorários.

A partir da década de 60, com o governo Carlos Lacerda e com a sua política de remoções, implantada com o objetivo de erradicar as favelas das áreas nobres da cidade do Rio de Janeiro, uma nova onda de ocupações cobriu uma área aterrada pelo Projeto Holanda, onde os ex-moradores das favelas "desmontadas" e outros afetados pelo programa de Lacerda, eram alocados no Centro de Habitação Provisória (CHP), sob a responsabilidade da Fundação Leão XIII, diretamente vinculada à Secretaria de Serviço Social. No entanto estas moradias jamais deixaram de ser provisórias e a população que fora encaminhada para as casas de madeira e vagões da Nova Holanda passou a sofrer com a falta de infra-estrutura e com a baixa qualidade dos materiais empregados na construção dessas habitações, cuja reforma era proibida pelo Estado.

Após algumas tentativas de intervenção do Estado na região da Maré sob o argumento de ampliar a Avenida Brasil e sanear a Baía da Guanabara, finalmente, em 1979, o Projeto-Rio é anunciado pelo

então Ministro do Interior, Mário Andreazza, projeto esse que causou alvoroço entre os habitantes da Maré, pois, como os anteriores, baseava-se no saneamento da baía e previa a remoção de moradores. Vieira, em seu estudo, recupera um depoimento do Presidente da Associação de Moradores do Parque Maré na época:

O Projeto Rio foi uma loucura aqui. As autoridades disseram que iam remover as favelas da Maré. Isso queria dizer que eles iam remover as palafitas. Mas os moradores daqui ficaram desesperados, achando que iam remover o Parque Maré. Foi um custo para tirar da cabeça deles isso. (Campista, morador do Parque Maré e presidente da Associação de Moradores em 1973) (VIEIRA, 2002)

No entanto, a forte reação dos moradores fez com que a fase de remoções não fosse totalmente implementada, limitando-se à remoção das áreas “palafitadas” e a transferência dos moradores para construções pré-fabricadas. Até então, segundo depoimento de moradores, a “Maré das palafitas era símbolo da miséria nacional, como retrata a música ‘Alagados’, do Paralamas do Sucesso” (CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ, 2002).

Concluído com bastante atraso e pressão dos moradores, que reivindicavam o término das obras, o Projeto-Rio promoveu modificações na infra-estrutura urbana da Maré, desde a rede de abastecimento de água e canalização do esgoto, passando pela regularização da rede elétrica e arruamento. Durante a sua

implementação foram construídos os primeiros Conjuntos Habitacionais da Maré, que passaram a abrigar os moradores retirados dos barracos e palafitas: Vila do João, Conjunto Pinheiro, Conjunto Esperança e Vila do Pinheiro.

Nos anos 90, foram construídas as habitações de Bento Ribeiro Dantas e Nova Maré, onde foram alocados os moradores retirados das áreas de risco da cidade. E mais recentemente, no ano 2000, inaugurou-se a comunidade de Salsa e Merengue. (CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ, 2002)

Em janeiro de 1994 a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro institui oficialmente o bairro Maré, pela Lei 2.119 que “Cria o bairro Maré na XXX Região Administrativa e da outras providências” (RIO DE JANEIRO, 1994).

Todo esse histórico tem sido trabalhado insistentemente pelo CEASM, através das exposições, divulgação no jornal “O Cidadão” e no *site* da organização¹¹, utilizado como fonte para esta dissertação.

2.1.3 - ASPECTOS URBANOS E SOCIAIS

O bairro Maré está entre os bairros com maior extensão territorial da cidade, com 4,56 Km². Segundo o CENSO Maré 2000, “é a maior concentração de população de baixa renda do município do Rio de Janeiro e do Brasil”, com 132.176 habitantes (CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ, 2000, p. 7); o bairro só perde em número de moradores para Campo Grande

¹¹ Site do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré. Disponível em: <<http://www.ceasm.org.br>>

(296.498), Bangu (244.086) e Tijuca (163.469). O CENSO Maré conclui que, “no que concerne aos outros complexos de comunidades populares do Rio de Janeiro: Rocinha, Alemão e Jacarezinho, observa-se que o nosso bairro aparece como o de maior concentração populacional.” (CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ, 2000, p. 8)

População nas Principais Favelas do Município do Rio de Janeiro			
Localidade	1991	1996	2000
Rocinha	42.892	45.585	56.313
Alemão	51.591	54.795	65.637
Jacarezinho	37.393	34.919	36.428
Maré	62.458	68.817	113.817 / 132.176*

Fonte: Censo IBGE – 2000; *Censo CEASM-2000

O alto índice demográfico associado ao descaso do poder público na região gera resultados bastante negativos. A última pesquisa realizada na Cidade do Rio de Janeiro com o intuito de avaliar o “Índice de Qualidade de Vida Urbana” coloca a Maré em décimo primeiro lugar, em um universo de vinte e oito grupos de favelas (CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ, 2002).

A baixa escolaridade da população do local é um outro aspecto da Maré abordado pelo CENSO:

Na Maré, conforme as informações obtidas pelo Censo realizado pelo CEASM, 6,4% de crianças entre 7 e 14 anos estão fora da escola. Ou seja, em cada 100 crianças, pelo menos 6 estavam sem acesso à educação formal. (CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ, 2002)

Esses quadros, obtidos principalmente graças aos estudos realizados pelo CENSO Maré – que, conforme já mencionado em nota, foram produzidos pelo Observatório Social da Maré, núcleo pertencente ao CEASM, com apoio e financiamento da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro –, configuram uma realidade que os agentes do CEASM lutam para transformar.

A imagem negativa que se tem da região, estigmatizada pelo signo da pobreza e violência, também constitui um importante fator que influencia as posições desta ONG quanto às denominações atribuídas ao local, como será abordado a seguir.

2.1.4 - MARÉ: FAVELA OU BAIRRO?

Não obstante a determinação oficial que decreta a criação do bairro na região, esta é mais conhecida pelas denominações “complexo da Maré” e “favela da Maré”, que ainda vigoram no senso comum e nos noticiários dos principais jornais nacionais e regionais. A Maré ainda é tratada como favela por diversos segmentos da sociedade, devido à sua infra-estrutura urbana e condições de vida e moradia.

Um fato intrigante relacionado à denominação da Maré ocorreu em junho de 2002. Em visita à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em busca de documentações que informassem a data precisa da criação do bairro Maré, fui informado por funcionários da Secretaria de Urbanismo (SMU) e da Secretaria de Habitação (SMH) que não encontraria tais documentos, visto que o local, motivo da minha pesquisa, jamais havia se tornado bairro. Após alguma insistência, e alguns quilômetros percorridos, encontrei na biblioteca da própria SMU a documentação referente à criação do bairro Maré. O desconhecimento da condição de bairro por aqueles funcionários da Prefeitura só veio a reforçar a impressão de que, para grande parte da população carioca, a Maré não se tratava de um bairro e sim de uma favela, ou complexo de favelas, como preferem alguns. No que diz respeito aos jornais de grande circulação, é ainda mais difícil encontrar situações em que a Maré é reconhecida como bairro. Na maioria dos casos, a localidade é mencionada como palco da violência relacionada ao tráfico de drogas.

“Dois policiais militares ficaram feridos e dois traficantes morreram durante um tiroteio entre o Terceiro Comando e o Comando Vermelho na Favela da Maré, no subúrbio do Rio. As balas chegaram a atingir um motorista que passava pela Linha Amarela. Pastores evangélicos que

vinham em outro carro ficaram no meio do fogo cruzado, mas não foram atingidos.” (MANIFESTAÇÃO, 2002)¹²

Em alguns casos, as denominações utilizadas para se referir à região compreendida pelo bairro Maré são tantas que se tornam confusas:

Manifestação pára a Linha Vermelha: Moradores da favela Vila Pinheiro, no Complexo da Maré, em Bonsucesso, subúrbio do Rio, fecharam, no início da tarde de ontem, a Linha Vermelha, sentido Baixada Fluminense. O tumulto provocou pânico entre os motoristas: às 13h, eles passaram a trafegar na contramão para fugir do protesto iniciado com a morte de uma mulher, de 33 anos, atingida numa troca de tiros entre policiais militares do 22º Batalhão da Polícia Militar e quatro homens que estavam no alto de uma casa. [...] (TROCA, 2002) ¹³

Uma das coordenadoras do CEASM e ex-moradora da Maré, Cláudia Rose Ribeiro da Silva, mencionou em entrevista recente o fato de que, na maioria dos casos, os próprios moradores desconhecem ou negligenciam o título de bairro atribuído ao local.

¹² TROCA de tiros na Favela da Maré, no Rio. GloboNews.com, Disponível em: <<http://globonews.globo.com/GloboNews/outros/0,6993,V28593-28,00.html>>. acesso em: 16 jul. 2002.

¹³ MANIFESTAÇÃO pára a Linha Vermelha O DIA. Rio de Janeiro. Polícia, p 12. 31 jul. de 2002

Eu acho as pessoas de uma forma geral, aqui na Maré, não vêem como bairro, não se identificam como bairro, você vai encontrar muito essa categoria, se falar Maré, nas pessoas mais antigas e que tem uma participação política. Das pessoas mais antigas e que não tem participação política, elas não vão ter uma visão de Maré, ou uma participação política ou uma nessa época, assim da igreja católica que tinha essa influência que era uma matriz e capelas em cada comunidade e tudo era Maré. Então, tem algumas pessoas que vão ter essa idéia que a Maré é esse coletivo de comunidades, tem algumas pessoas que não vão nem saber o que é Maré. Você vai dizer Maré e elas vão falar “não, aqui é o Timbau”.[...] (Cláudia Rose Ribeiro - 06/09/2002)

Para Cláudia Rose, a militância política ou o tempo de residência na Maré são fatores importantes que influenciam na forma como os indivíduos dessa região se localizam no espaço urbano. Além disso, acrescenta:

[...] Tem pessoas que vão se identificar com o bairro e vão achar que isso aqui é um sub-bairro, por exemplo, quem mora aqui na Baixa, quem mora no Parque Maré e no Timbau, vai achar que mora em Bonsucesso, quem mora na Praia de Ramos e Roquete Pinto, vai achar que mora no bairro de Ramos, quem mora em Marcílio Dias vai achar que mora no bairro da Penha, quem mora no

Conjunto Esperança vai achar que mora em Manguinhos. Então, assim, sub-bairros desses bairros. (06/09/2002)

Uma das afirmações contidas nesse trecho do depoimento é que mesmo o sentimento de viver no complexo da Maré não é compartilhado por todos os moradores das comunidades que compõem o bairro, que muitas vezes preferem se referir à comunidade específica onde moram, ou ao bairro mais próximo, o que, em alguns casos, indica uma forma de se esquivarem do estigma de moradores de favela, como nos mostra o relato de Antônio Carlos Vieira sobre uma das experiências que viveu no período em que cursava a graduação em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ):

Eu sempre tive vergonha de dizer que morava na favela, porque eu sempre construía para as pessoas uma imagem que não era uma imagem de pessoa favelada. Então, eu escondia isso, eu tinha vergonha e isso me causava uma série de problemas porque meu grupo de colegas na faculdade, a gente tinha essa coisa de estar se visitando. [...] Uma coisa que me marcou muito é que, logo assim nas primeiras aulas que a gente teve, tinha uma colega minha, uma pessoa muito bacana, Neide, morava em Copacabana, uma senhora já, mas era uma madame. A gente estava conversando com as pessoas lá da turma e começou a se perguntar onde as pessoas moravam. Quando chegou a minha vez ela me perguntou. Alguém me perguntou: ‘E você Antônio Carlos, onde é que você mora?’. Aí eu falei... Eu não ia dizer que morava na Maré

ou que morava no Timbau, né? (risos) Aí eu disse assim: eu moro em Bonsucesso. - Porque pra todos nós que morávamos na Maré a Maré era Bonsucesso. ‘Bonsucesso onde? Do outro lado da Avenida Brasil’. Aí as pessoas já sabiam que era na área ali da favela - Eu disse: “eu moro em Bonsucesso.” Aí ela falou: “onde é que fica mesmo Bonsucesso?” (risos) Eu pensei; ‘Pô imagina se eu digo pra essa mulher que moro na Maré, na favela?’[...] (Antônio Carlos Vieira – 11/01/2003)

Embora a opinião de Antônio Carlos sobre o termo favela seja bem diferente hoje e até mesmo oposta àquela citada, o seu depoimento ilustra como estas categorias, favela e bairro, são permeadas por intensos embates ideológicos. Alguns estudos chamam a atenção para o fato de que a categoria favela, por exemplo, em muitos casos é usada para discriminar negativamente aquele morador de áreas consideradas “pouco nobres” na cidade.

Ao trabalhar com o bairro Maré, consideramos importante perceber que há, por parte dos moradores da cidade, um traçado que não é apenas geográfico, mas essencialmente simbólico. Áreas identificadas com as favelas são representadas em muitos discursos como áreas do “mal”, do perigo, da violência. Em contraposição, os bairros, especialmente os situados na Zona Sul, são representados como lugares nobres, com boa qualidade de vida. É o caso, citado por Gilberto Velho (1989), de Copacabana, representado por parte de seus moradores como “o lócus das coisas boas da vida”.

Não ignorar essa imagem da Maré favela faz parte das estratégias dos agentes do CEASM: as características que reforçam

este estigma são mencionadas diversas vezes em documentos e informações que destinam ao público geral, sempre apresentadas visando uma transformação.

Maré ocupa uma presença significativa no imaginário carioca. Foi, durante muito tempo, dominada por palafitas – habitações precárias suspensas sobre a lama e a água – em visível contraste com as modernas arquiteturas do Aeroporto Internacional e da Cidade Universitária da UFRJ. Este fato contribuiu para uma visão generalizada da região como um espaço miserável, violento e sem condições dignas de vida. (CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ, 2002)

Os militantes do CEASM estão cientes das questões imbricadas nas categorias atribuídas ao local e utilizam-nas de forma consciente e política:

Na verdade a gente tem uma orientação aqui dentro do CEASM que é de sempre estar trabalhando a categoria bairro. Não que a gente ache que a Maré seja um de fato um bairro, porque essa categoria na verdade ela foi imposta de cima para baixo, foi um jogo político do César Maia que colocou, em noventa e quatro: “a Maré agora é um bairro”. Tudo bem... Só que um bairro ele tem uma série de equipamento urbanos, culturais que na verdade a gente não tem na Maré. E enquanto bairro a gente pode estar se apropriando desta categoria numa

estratégia política, para estar reivindicando isto. Então, criar uma identidade com o bairro é positivo por isso. (Cláudia Rose Ribeiro - 06/09/2002)

Trabalhar a Maré enquanto bairro vai além da questão da auto-estima e da conquista de benefícios sociais advindos dos poderes públicos. Em outro trecho do depoimento, Cláudia Rose indica uma transformação no espaço da Maré, ocorrida em algum momento entre a sua infância e a atualidade, que parece influir diretamente na idéia de fragmentação do bairro, acirrando as diferenças entre as localidades:

A gente tinha muita liberdade de andar pela rua, eu lembro que... Eu tava até lembrando esses dias. Porque a gente está chegando perto de São Cosme e Damião, né?... E era, assim, muito doce. Que não tem hoje muito doce... E... era sem... Pelo menos a gente não tinha noção do perigo. Meu pai e minha mãe deixavam a gente ir sozinhos pela rua e a gente ia longe. Buscando doces... Com os colegas... Então não tinha muito esse negócio de não poder ir aqui ou ali. [...] Então, eu morava na Baixa [do Sapateiro]. Eu ia para o Timbau. Eu ia lá pra dentro da Baixa, lá nas palafitas... A gente ia atrás de doces e não tinha muito problema. (Cláudia Rose - 06/09/2002)

O problema a que ela se refere diz respeito aos limites impostos pelo narcotráfico, que limita o trânsito dos moradores entre localidades sob o domínio de grupos rivais. Nota-se, por parte da agente do CEASM, o desejo de romper estas fronteiras internas da

Maré, que parecem recentes, e restabelecer os limites presentes nas lembranças da sua infância. Se, por um lado, há no depoimento de Cláudia Rose uma atmosfera nostálgica, ainda que acompanhada da percepção de que uma criança não se dá conta de toda complexidade da vida social, por outro lado ele expressa também o anseio de recompor o tecido social por meio da cerzidura da memória. Em termos práticos e discursivos, esse anseio manifesta-se no reforço da unidade da região.

Assim, construir uma unidade através da denominação “bairro Maré” significa não só a possibilidade de obtenção de equipamentos urbanos e benefícios sociais, mas também a construção de uma identidade onde o morador da Maré sinta-se incluído numa representação positiva da cidade, colaborando com a sua auto-estima e cidadania. Significa, também, restabelecer os vínculos entre o passado e o presente, recuperar a liberdade de trânsito entre as localidades e reconquistar o espaço público, onde a criança circulava livremente – espaço que é hoje, em várias ocasiões, privatizado pelo tráfico. Construindo o sentimento de bairro na Maré, os narradores do CEASM ampliam os lugares de ação e pertencimento, contribuindo para a que os moradores da Maré se reconheçam na cidade e como cidadãos pertencentes a ela.

2.2 - OS NARRADORES

O grupo que deu início à elaboração do CEASM e que atualmente¹⁴ compõe a sua diretoria é formado por Antônio Carlos Vieira, Cláudia Rose Ribeiro da Silva, Jáilson de Souza e Silva, Eliana Sousa Silva, Léa da Silva e Maristela Klem.¹⁵

2.2.1 – OS ENCONTROS

Antônio Carlos e Cláudia já se conheciam desde meados da década de 80, período em que militavam na Pastoral da Juventude da Igreja Católica. Encontraram-se por ocasião de um movimento da Pastoral que pretendia articular os grupos da paróquia Nossa Senhora dos Navegantes.

Ela, nascida e criada na Baixa do Sapateiro, primogênita numa família de três irmãs, ingressou na Pastoral da Juventude após completar 13 anos de idade, pouco depois de fazer a primeira comunhão junto com uma de suas irmãs. Interessou-se pelas atividades da Igreja e passou a atuar, inicialmente, como auxiliar de catequista, quando ajudava a organizar e participava de encontros da Igreja. No segundo grau, participou do grêmio estudantil no Colégio Mendes de Moraes da rede estadual, momento em que Leonel Brizola

¹⁴ Esta dissertação, iniciada em fins de 2001, levou em conta o corpo diretor do CEASM naquela época.

¹⁵ Esta é a lista “Quem fez” que figura no *site* do CEASM. Alguns outros nomes também aparecem nos depoimentos de Cláudia Rose e Antônio Carlos.

assumia pela primeira vez o mandato de Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Foi durante esse período que despertou para a participação no núcleo do Partido dos Trabalhadores da Maré:

[...] tinha um professor na escola, que era professor de matemática e de religião, ele era da igreja católica e era do PT, e aí ele começou a juntar uns alunos que ele achava que tinham uma certa liderança e a discutir a questão do PT e tal. Aí foi que teve a eleição. Não lembro direito quem foi o candidato na época. E aí eu já comecei votando no PT, já em 86. Isso tudo me motivou a estar participando, ainda mais, também da igreja; quer dizer: essa participação da igreja me fez participar da escola, a participação na escola me fez estar participando mais da igreja, aí eu comecei a participar do grupo jovem. Então, além da catequese, era o grupo jovem, só que o grupo jovem estava num período de mudança, todas essas mudanças que estavam acontecendo no país estava refletindo numa organização da pastoral da juventude no Brasil [...] (Cláudia Rose - 06/09/2002)

Cláudia decidiria cursar a graduação um pouco mais tarde, em 1987, quando prestou vestibular para a UERJ e foi admitida para o curso de História.

Antônio Carlos, também o mais velho de uma família de três irmãos, entrou no Grupo Jovem da Igreja Católica aos quatorze anos de idade e aos dezessete já participava da Pastoral da Juventude:

[...] quando eu tinha entre treze e quatorze anos, eu queria entrar no Grupo Jovem, senti falta da convivência da igreja e fui lá para a capelinha da Maré. Numa época de Natal, eu juntei umas três pessoas amigas e fomos lá para essa capelinha, fazer uma visita, então levamos roupas, alimentos. Na verdade o que a gente queria mesmo era participar da comunidade, isso acabou acontecendo, então com quatorze anos eu já tava no grupo jovem lá da Maré. Foi uma experiência muito legal e em 81, como a gente tinha a coisa dos grupos e tal, eu ingressei na Pastoral da Juventude como representante dos grupos. (Antônio Carlos Vieira – 11/01/2003)

Ao dezessete anos ingressa na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para cursar o bacharelado em Direito, a fim de “defender os mais pobres, e lutar contra a injustiça” (SILVA, 1999). Mas é na pastoral que desenvolve o desejo de envolver-se em questões sociais e de caráter político-ideológicos, e, como consequência disso, filia-se ao PT.

[...] a partir da chegada do padre Joel, que foi a pessoa que deu um caráter mais, de se pensar mais a igreja e a religião com uma visão mais crítica, com uma visão mais dentro da realidade de vida da gente, de juntar essa prática à realidade, daí surgiu uma Pastoral da Juventude mais atuante, mais comprometida politicamente, ideologicamente também. Daí eu participei de todo esse

processo. Então foi um processo muito importante que me ajudou a despertar para a necessidade da gente estar trabalhando no campo social também, da gente estar participando das questões coletivas, comunitárias. E aí, nessa época eu me senti muito estimulado a me filiar ao PT, por exemplo. (Antônio Carlos Vieira – 11/01/2003)

Foi no ano de 1989, durante a campanha presidencial, no núcleo do PT da Maré, que Cláudia Rose e Antônio Carlos conheceram Jailson. Carioca de Brás de Pina, Jailson mudou-se para a Maré naquele mesmo ano, após conhecer sua atual esposa, Eliana. Jailson também já havia participado da Pastoral da Juventude, onde tivera “o primeiro contato com pessoas que fizeram ou planejavam fazer universidade” (MONTEIRO; ALMEIDA, 1999). Havia se formado em Geografia pela UFRJ e cursava o Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde defendeu a tese “A geografia crítica do poder na / da escola” (SILVA, 1991).

Eliana, moradora de Nova Holanda naquela época, havia recentemente deixado a presidência da Associação de Moradores local, durante a gestão 1984/1988. Ela também teve participação na Pastoral da Juventude e no núcleo do PT da Maré, além de ser formada em Letras pela UFRJ desde 1987. Posteriormente, tornou-se Mestra em Educação pela PUC-Rio com a dissertação “O Movimento Comunitário de Nova Holanda - na busca do encontro entre o político e o pedagógico” (SILVA, 1995).

Segundo Jailson relata em sua tese (SILVA, 1999), Eliana já conhecia Lea de longa data, desde a adolescência, época em que

freqüentavam o Grupo Jovem da Igreja Católica e participavam de atividades comunitárias. Também trabalhavam juntas na UFRJ, onde Lea ingressou em 1978. Nesse mesmo ano, por volta dos 17 ou 18 anos de idade, concluiu o segundo grau na Escola Clóvis Monteiro. No ano de 1980, foi admitida no vestibular para a Engenharia na Universidade Veiga de Almeida, que não concluiu. Tentou, dois anos mais tarde, o vestibular para Letras na UFRJ, onde se formou, no ano de 1987, em Literatura e Língua Portuguesa.

Maristela é prima de Antônio Carlos, viveu parte da infância no Jardim América e, aos 11 anos, após a ocorrência de problemas financeiros na família, foi morar no Timbau, próxima à casa dos primos. Graduou-se em Letras pela Faculdade de Humanidades Pedro II (Fahupe) e, posteriormente, pós-graduou-se em Literatura Infantil e Juvenil pela UFRJ, já em 1992.

Um momento importante que reuniu algumas destas pessoas e que influenciou diretamente a criação da Rede Memória, e particularmente do Arquivo Orosina Vieira, foi a criação da Sociedade Cultural TV Maré, em 1989. Dessa Sociedade faziam parte, entre os que figuram na organização do CEASM, Maristela, Antônio Carlos e seu irmão Marcelo. A TV Maré era financiada pela Cáritas, entidade ligada a Igreja Católica, e produzia vídeos que “focalizavam a expressão da cultura popular local” (CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ, 2002).

Aí a gente saiu e começou a gravar coisas dentro da comunidade e exibir para as pessoas verem também. A gente gravou samba, gravou entrevistas com moradores, depoimentos, reclamações de moradores... A gente

botava a televisão, num lugar de circulação e aí a gente passava aquelas fitas. E naquela época o vídeo era uma coisa muito difícil, né? Vídeo era só na televisão mesmo, praticamente. Logo assim quando estava começando o uso de câmera, né? E o pessoal ficava muito envolvido com aquilo, no bloco juntava uma multidão de gente pra ver. A gente gravava, fazia entrevista... (Antônio Carlos Vieira – 11/01/2003)

A TV Maré durou até princípios da década de 90, tempo necessário para que uma quantidade considerável de material fosse produzido e para despertar o interesse de Antônio Carlos para a história da Maré, o que o levou a visitar vários arquivos da cidade em busca de documentos sobre a região.

2.2.2 - REUNINDO O GRUPO

Alguns anos se passaram até o momento em que esse grupo se reuniu com a intenção de criar um curso pré-vestibular que atendesse a população da Maré. O ano era 1996: nessa época, Maristela e Antônio Carlos presidiam a Associação de Moradores do Morro do Timbau; além disso, ela também trabalhava na Secretaria Municipal de Habitação, e ele dividia o seu tempo entre as atividades comunitárias e o cargo de Fiscal de atividades econômicas na Cidade do Rio de Janeiro. Cláudia Rose era professora da Rede Municipal de Educação; Jaílson lecionava na UFF e preparava-se para ingressar no doutorado. Lea e Eliana continuavam como funcionárias da UFRJ, exercendo outras funções.

Baseados em suas experiências comunitárias, um grupo inicialmente formado por quatro pessoas teve a idéia de criar uma ONG que atendesse à população da Maré, com o objetivo inicial de criar um curso pré-vestibular. Segundo Cláudia Rose, as experiências de militância na Igreja e no PT constituíam um ponto no qual as idéias convergiam:

A gente começou a pensar, nós quatro primeiro; eu, Carlinhos, Eliana e Jailson. A gente começou a pensar a partir das nossas experiências no PT. Nós quatro tínhamos passado pela igreja, sendo que a Eliana e o Jailson já tinham saído da igreja muito antes da gente, e nós quatro já tínhamos passado pelo PT, sendo que o Jailson continuava no PT. (Cláudia Rose - 06/09/2002)

O Pré-Vestibular aparece como uma forma de socializar um bem em comum conquistado por estes indivíduos que conseguiram transpor as dificuldades impostas pelas suas condições sociais:

Na verdade, nós desejávamos entender o que deveria ser feito para que uma experiência, que era individual, pudesse ser coletiva. Nós desejávamos construir uma experiência coletiva e acreditávamos que o caminho para esta construção poderia ser o curso Pré-Vestibular. Desta forma, o curso Pré-Vestibular não era um fim, mas sim um meio, uma forma de criar redes sociopolíticas, onde estas pessoas poderiam estar criando, produzindo e descobrindo o seu próprio potencial. Se nós que

crecemos aqui, por possuímos algumas características pessoais, apesar das adversidades, conseguimos ter acesso a determinadas coisas, por que isso não poderia ser coletivizado?¹⁶ (CAPITAL, 2002)

Cláudia Rose menciona outro fator circunstancial que influenciou na decisão de criar o Pré-Vestibular:

Por que o curso pré-vestibular? Porque já tinha gente aqui da Maré que tinha entrado na universidade através de um curso do pré-vestibular do SINTUFERJ. Só que o SINTUFERJ estava num período de restringir vagas para quem não fosse sindicalizado ou dependente de sindicalizado e muita gente da Maré ia ficar sem fazer. Então a gente começou a pensar isso e outras pessoas começaram a se envolver; o Luis, a Silvinha, que também tinham sido da igreja e que também tinham feito o pré-vestibular do SINTUFERJ, tinham entrado na universidade. Então a gente começou a envolver outras pessoas nesta discussão. E aí foi a com a proposta do pré-vestibular, e aí a gente formou a ONG. (06/09/2002)

Foram realizadas várias reuniões para debater sobre a criação do Centro, e algumas outras pessoas participaram das discussões. Lea e Maristela prosseguiram e hoje integram a diretoria do CEASM junto com os outros quatro.

¹⁶ Eliana Sousa Silva em entrevista concedida à Revista Lactitude.

O Projeto do CEASM avançou e, em agosto de 1997, foi criada a ONG. O Curso Pré-Vestibular (CPV) foi finalmente implementado, funcionando provisoriamente na Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, enquanto aguardavam a conclusão das obras de reforma da sede do CEASM, que estavam sendo realizadas num espaço cedido pela Associação de Moradores do Timbau, onde funciona até hoje.

Como vimos, os narradores do CEASM possuem em comum várias características: todos moraram pelo menos por algum tempo em alguma comunidade da Maré; todos haviam passado pela Pastoral da Igreja Católica; todos possuíam envolvimento com o Partido dos Trabalhadores, e todos possuíam nível universitário. Enfim, a identidade desse grupo é construída com base em múltiplas relações de pertencimento: família, bairro (vizinhança), partido político, religião, engajamento em questões sociais, formação profissional.

É interessante observar também o processo de rompimento da fronteira público / privado operada pelo grupo em questão, numa sociedade onde as relações se estreitam cada vez mais ao nível do “indivíduo”, onde os espaços públicos são percebidos como espaços do estranhamento e a família ainda é percebida como um “refúgio idealizado, um mundo exclusivo, com um valor moral mais elevado do que o domínio público” (SENNETT, 1988. p. 35).

2.3 - O CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ (CEASM)

O acesso à sede do Centro de Estudo e Ações Solidárias da Maré é fácil, através da Rua Nova Jerusalém, uma rua parte calçada e parte asfaltada, que se estende desde o bairro de Bonsucesso, cruzando a Avenida Brasil. Na Maré, a rua é quase toda de paralelepípedos, e o asfaltamento tem início no final da mesma, no sopé do morro do Timbau, onde a movimentação de pessoas começa a ficar mais intensa. Essa área é bastante residencial em comparação aos trechos às margens da Avenida Brasil, caracterizados pela presença de indústrias, galpões e outras grandes construções de muros altos e extensos. Segundo Silva, “o Timbau tem um dos melhores perfis sociais dentre as comunidades da Maré” (SILVA, 1999). Neste trecho também encontram-se um posto policial e um aglomerado de lojas de pequeno porte: açougues, armazéns, barbearias, etc. Todas as terças-feiras, nessa área se realiza uma feira que dificulta o acesso à Rua dos Caetés, uma rua de mão dupla – quando não obstruída por carros que estacionam ao longo da via – onde está localizada a sede do CEASM, no número 7, um trecho movimentado do morro.

A sede do CEASM é um complexo que reúne três edificações, uma delas com três andares e as demais com apenas dois. Nestes prédios estão distribuídas diversas salas de aula, direção, centro de telefonia, oficinas, biblioteca, salas de reunião, salas de cursos etc. Além da sede principal, existem ainda duas outras instalações: uma funciona em Nova Holanda, um edifício de dois andares onde são disponibilizadas mais turmas do curso pré-vestibular; a outra instalação, um grande espaço com galpões e diversas salas, localizada

também no Morro do Timbau, foi recentemente obtida em regime de comodato pelo CEASM e ainda não está em atividade. Planeja-se para este espaço a construção de um centro cultural, onde funcionarão algumas redes – entre elas, a Rede Memória, com o ADOV.

2.3.1 – AS REDES

É na sede que se desenvolve a maioria das atividades, distribuídas em suas diversas Redes. São elas ¹⁷:

A Rede de Educação, coordenada por Eliana, onde são oferecidos o Curso Pré-Vestibular da Maré (CPV-Maré), que atualmente reúne seis turmas e 300 estudantes, segundo informações obtidas no *site* da ONG; os Cursos Preparatórios para 5ª série e para o Ensino Médio - “atualmente, o CEASM tem 270 alunos freqüentando suas aulas, sendo 150 alunos voltados para o Ensino Médio e 120 para o Segundo Segmento do Ensino Fundamental¹⁸”; o Núcleo de Línguas da Maré, que “oferece cursos de inglês, espanhol e italiano a 110 alunos efetivos, entre crianças, jovens e adultos das 16 comunidades que formam o bairro¹⁹”; o Programa de Crianças / Petrobrás - Projeto da Petrobrás que vem sendo desenvolvido pelo

¹⁷ Parte considerável das informações apresentadas neste item do Capítulo II podem ser obtidas no site do CEASM. Aqui elas foram ora condensadas, ora acrescidas de informações obtidas em entrevistas informais e através da pesquisa de campo.

¹⁸ CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ, 2002

¹⁹ *Idem, ibidem*

CEASM e que inclui oficinas e atividades de natureza educativa e cultural²⁰.

A Rede Trabalho & Educação (RETEM), coordenada por Lea, oferece cursos de informática e, até o final do ano 2000, oferecia também o curso formação de monitores para museus em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e apoio financeiro da Comunidade Solidária e da FAPERJ. O Curso de Formação de Monitores, que articulava a RETEM e a Rede Memória, visava qualificar jovens da Maré para o trabalho em museus e centros de ciência. “Ao final da formação, os aprovados [tornavam-se] monitores do Museu da Vida, na Fiocruz²¹”. A RETEM desenvolve também o projeto Adollescinto, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde do RJ, e ligado ao “Programa de Atenção Integral à Saúde do Adolescente” e com recursos do BNDES. Entre outros objetivos, visa a formação de jovens agentes de saúde para desenvolverem atividades educativas na comunidade. Além disso, possui diversas oficinas: Oficina de Vídeo, Oficina de Fotografia, Oficina de Produção Literária e Oficina de Produção Gráfica.

A Rede Cultura, atualmente, oferece e desenvolve as seguintes atividades: Grupo de Dança da Maré, Capoeira de Angola e Centro de Teatro do Oprimido.

A Rede Comunicação tem como principal atividade o jornal “O Cidadão”, que circula desde 1999, impresso pela Ediouro - gráfica localizada próxima ao CEASM. O jornal é editado mensalmente e aborda diversas questões referentes ao cotidiano da Maré, além de

²⁰ *Idem, ibidem*

²¹ *Idem, ibidem*

possuir uma sessão exclusivamente dedicada à publicação da “História da Maré.” (VIEIRA, 2002)

A Rede Observatório, coordenada por Jailson, já mencionada no início deste capítulo, realiza levantamentos de dados históricos, sócio-econômicos e culturais sobre a população da Maré, fornecendo informações que compõem os indicadores oficiais do CENSO.

2.3.2 - A REDE MEMÓRIA

Por fim, a Rede Memória, coordenada conjuntamente por Cláudia Rose e Antônio Carlos, onde deverá se concentrar o presente estudo, tem por objetivo “registrar, preservar e divulgar a história das comunidades que formam o bairro” promovendo a “criação de canais que venham fortalecer o vínculo comunitário entre os moradores da Maré orientado pela identidade histórica e cultural desses atores sociais e pelo sentimento de pertencer ao local” (CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ, 2002).

Atualmente existem duas principais frentes de trabalho relacionadas à coleta de materiais. Uma delas empreende uma busca em diversos arquivos, bibliotecas e museus, onde registra e cataloga toda informação acerca da Maré: essa equipe é conduzida por Antônio Carlos e priorizou, no decorrer do ano de 2002, a busca por material fotográfico em arquivos públicos. A outra equipe se encarrega de elaborar e realizar entrevistas, priorizando os moradores mais antigos da Maré, e tem à sua frente Cláudia Rose.

Além destas atividades, são realizadas exposições fotográficas com o material levantado que são exibidas no próprio CEASM, em alguns colégios da região e em outros locais da Cidade do Rio de Janeiro. Essas exposições também contam, algumas vezes, com a participação do grupo de Contadores de Histórias - atividade incluída recentemente na agenda da Rede Memória -, que narram lendas e mitos, a maioria deles relacionados à Maré.

Entre bolsistas e colaboradores voluntários, a Rede Memória tem em seu quadro de militantes estudantes de vários níveis de escolaridade e e universitários de várias áreas do conhecimento. Muitos deles ainda freqüentam, lecionam ou tiveram passagem pelos cursos do CEASM; alguns deles são formados e outros ainda estão na graduação, além daqueles que cursam pós-graduação. Arquivologia, Geografia, História, Letras e Serviço Social são algumas das disciplinas que podemos encontrar interferindo nas ações desta Rede.

2.3.3 - O ARQUIVO DOCUMENTAL OROSINA VIEIRA

A principal atividade realizada pela Rede Memória, e que constituirá o foco desta pesquisa, é a organização do Arquivo Documental Orosina Vieira, onde serão postos à disposição do público os trabalhos oriundos dos levantamentos realizados pelas equipes já mencionadas. Atualmente, o acesso ao acervo está interrompido ao público para organização e elaboração das políticas de uso.

O Arquivo Documental Orosina Vieira foi inaugurado aos vinte e seis dias do mês de abril de 2002, logo na entrada do CEASM.

Posteriormente, foi deslocado para a sala onde as equipes da Rede Memória se reúnem, local onde é abrigada a maior parte do acervo. Recentemente, o Arquivo retornou para a sala onde foi inaugurado. Nesta sala o ADOV ficará provisoriamente, aguardando as reformas de novas instalações para onde será transferido, juntamente com outras Redes.

Atualmente, a sala onde se localiza o ADOV tem aproximadamente quarenta metros quadrados; possui dois computadores, um armário onde ficam guardadas as fitas de vídeo, fitas cassetes com entrevistas e algum material de consumo, uma estante com livros e dissertações. Sobre os armários, vinte pastas guardam documentos históricos sobre a região, depoimentos, relatórios de levantamento de acervo e recortes de jornais, que são lidos diariamente em busca de notícias sobre a Maré e outros assuntos de interesse do Arquivo. Três armários de pastas suspensas guardam as fotos do arquivo, que somam aproximadamente novecentas.

O acervo fotográfico constitui o objeto central desta pesquisa e será analisado com maior profundidade no próximo capítulo, buscando compreender de que forma as memórias e identidades do bairro Maré são construídas a partir desses registros. Esse acervo foi preferido como objeto de análise em detrimento dos outros documentos do Arquivo (vídeos, hemeroteca e documentos escritos em geral) por ter recebido mais atenção durante o período em que foi desenvolvida esta pesquisa²² e possuir um número maior de unidades

²² Desde aproximadamente o mês de agosto do ano de 2002 a Coordenação da Rede Memória do CEASM, através da equipe responsável diretamente pela pesquisa e aquisição de acervo, tem empreendido uma busca em

catalogadas, além de ser o mais procurado pelos usuários do Arquivo e apresentado com maior frequência em exposições e outras atividades realizadas pela Rede Memória. Ele cumpre, dessa maneira, um papel bem mais representativo no universo de documentos que são utilizados para a construção de memórias e identidades do bairro Maré a partir do ADOV.

Os deslocamentos constantes da Rede Memória e, conseqüentemente, do Arquivo no CEASM, parecem demonstrar de forma concreta como a memória é dinâmica; os esforços para dar conta das constantes mudanças na orientação do arquivo tornam ainda mais laboriosa a redação deste estudo, que necessita de atualizações constantes. Ainda bem recentemente, no início de fevereiro de 2003, alunos do curso de Arquivologia da UNIRIO, que colaboravam para a organização técnica do acervo documental, convidaram um professor da mesma universidade a elaborar um projeto de extensão para o ADOV. Caso este projeto entre em andamento, é provável que as diretrizes do CEASM em relação à preservação dos documentos seja inteiramente reformuladas.

arquivos, museus e bibliotecas com a finalidade de realizar o levantamento do acervo iconográfico relacionado à região da Maré, adjacências e áreas da cidade do Rio de Janeiro cujas remoções resultaram em migrações para a Maré, reservando para um segundo momento o levantamento bibliográfico e de documentos escritos. Nessas pesquisas, praticamente concluídas no fim do ano de 2002, também foram levantados registros audiovisuais e mapas, que correspondiam a uma quantia pequena se comparadas aos registros fotográficos.

CAPÍTULO 3 - O ACERVO EM QUESTÃO

“Pensar e agir na Maré a partir da cidade, na cidade a partir da Maré.” (CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ, 2002)

Arquivos, coleções e documentos... palavras que, por si, indicam uma presença material, um suporte de informações, quaisquer que sejam as suas propriedades físicas: uma folha de papel, uma amostra biológica, uma fita magnética. No entanto, é precisamente a partir das ausências implícitas em cada arquivo, em cada coleção, no deslocamento de cada documento do seu contexto original, que se produzem as narrativas, assim como nos cartões perfurados das antigas pianolas ou nos zeros dos códigos binários dos *files* de computador. Sem estas ausências - furos e zeros - as narrativas não seriam possíveis. A memória é cheia destes vazios. Esquecimentos. Tão indispensáveis ao pensamento quanto à própria memória e ao ato de lembrar. “Só lembramos porque esquecemos”. (GONDAR, 2000)

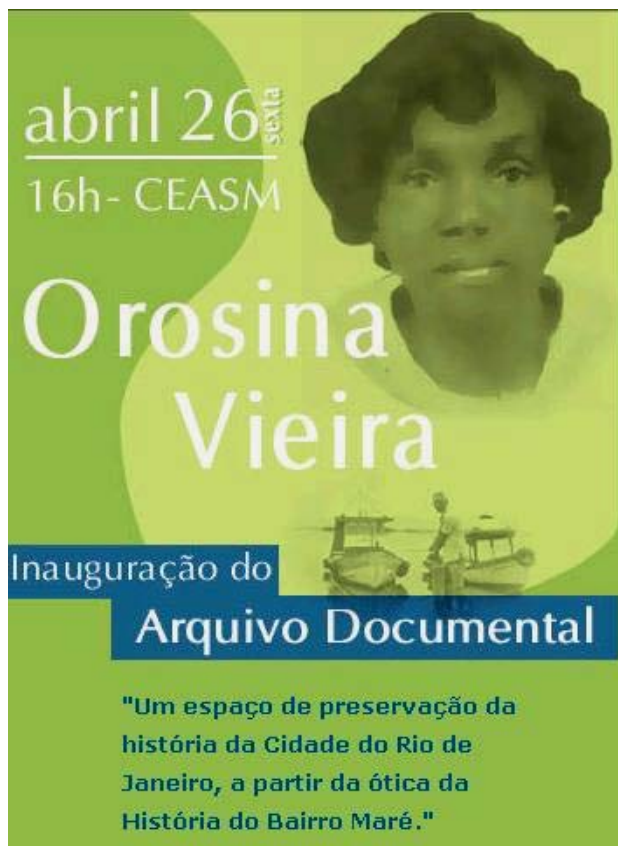
Os arquivos, públicos ou privados, por mais completos e amplos que se pretendam, constituem apenas recortes sobre determinados temas. Henry Rousso, historiador contemporâneo, em seu artigo sugestivamente intitulado “O Arquivo ou o Indício de uma Falta”, afirma: “o testemunho, assim como o arquivo dito escrito, revelam por sua própria existência uma falta [...]. O vestígio é, por definição, o indício daquilo que foi irremediavelmente perdido” (ROUSSO, 1996, p. 90). No seu entendimento, a noção de arquivo requer o entendimento da noção de fonte:

[...] todos os vestígios do passado que o homem e o tempo conservaram, voluntariamente ou não - sejam eles originais, ou reconstituídos, minerais, escritos sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para a frente, “virtuais” (contanto, nesse caso, que tenham sido gravados em uma memória) - e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma seqüência particular do passado. (ROUSSO, 1996, p. 90).

Rousso apresenta como o resultado do trabalho do historiador, munido dos seus questionamentos, hipóteses e dos vestígios, a narrativa, que para o autor consiste numa “escrita dotada de uma coerência interna refutável, portanto, de uma inteligibilidade científica”. No entanto, Rousso admite que na própria constituição do arquivo existem elementos de subjetividade, ou seja, “escrito, oral ou filmado, o arquivo é sempre o produto de uma linguagem própria, que emana de indivíduos singulares ainda que possa exprimir o ponto de vista de um coletivo (administração, empresa, partido político etc.).” (ROUSSO, 1996, p. 88)

No nosso entender, o arquivo em si constitui uma narrativa, dotada de um discurso próprio daqueles que os constituíram e transformaram em fontes os “vestígios do passado”.

No Arquivo Documental Orosina Vieira, a intenção de “exprimir o ponto de vista de um coletivo” fica bastante explícita:



(FIGURA 4)

A “ótica da História do bairro Maré” aponta não só para uma determinada visão de um grupo em particular - os moradores e ex-

moradores da Maré que trabalham no CEASM -, mas indica também uma narrativa própria deste grupo.

Como já foi mencionado no capítulo anterior, o ADOV é um projeto sob a responsabilidade da Rede Memória, um dos núcleos de atuação do CEASM. Ainda que a criação do Arquivo seja recente, a coleção que o constitui vem sendo reunida ao longo dos últimos 10 anos aproximadamente, antes mesmo da criação do CEASM. Essa iniciativa partiu de um dos seus integrantes, Antônio Carlos Vieira, autor de “História da Maré”, que participou, entre os anos de 89 e 91, da Sociedade Cultural TV Maré. Essa Sociedade produzia vídeos amadores sobre a Maré, realizando entrevistas com moradores e fazendo o registro de manifestações culturais. Antônio Carlos conta que afastou-se da Sociedade para ganhar mais autonomia na realização dos vídeos; foi nesta época que a equipe da TV Maré decidiu que deveriam produzir documentários sobre a história das comunidades locais:

[...] o primeiro programa que a gente pensou, foi o programa da história do Morro do Timbau, que era a comunidade que a gente considerava mais antiga e que tinha uma série de influências. Não era só favela, eram também os pescadores. Tinha vários grupos que formavam a comunidade, pescadores, moradores que eram proprietários de terrenos, de grandes terrenos; tinha o pessoal que era família de herdeiro que estavam ali a não sei quanto tempo e tinha o pessoal de cima do morro, que eram migrantes, a maioria de origem nordestina,

maioria de minas. [...] e a gente já era de outro grupo, o grupo do pessoal que veio na migração do nordeste. A gente morava em cima do morro, então sempre houve essa curiosidade de entender porque que aquela comunidade era dessa forma. Era tão diferente das outras. (Antônio Carlos Vieira - 11/01/2003)

Neste trecho do depoimento, Antônio Carlos aponta três elementos que despertaram a curiosidade pela história do local: o fato do Morro do Timbau ser, provavelmente, uma das comunidades mais antigas a se formar na Maré; a diversidade de tipos que residiam na comunidade (pescadores, migrantes, proprietários) e a origem “nobre” relacionada ao local (grandes proprietários e seus herdeiros). No segundo caso, a ocorrência no passado de atividades que hoje encontram-se em declínio na região (especialmente a pesca, quase inexistente na região nos dias atuais devido à poluição da Baía da Guanabara) é um fator de grande interesse. Ao falar sobre o vídeo que realizou no período em que fazia parte da TV Maré, Antônio Carlos revela a sua paixão pelas imagens do passado, que são narradas pelo entrevistado.

Tanto é que o vídeo que a gente fez dos pescadores - a narração é de dois pescadores, um é o Seu Albano e o Seu Alvim, os dois hoje são falecidos - foi uma entrevista muito bonita, em que eles falam de onde eles vieram como é que era a vida deles na pesca, como é que era o meio ambiente ali naquela região, eles pescavam ali mesmo. Parece impossível que ali antes tivesse condição

de pescar, de catar camarão, pescar caranguejo. (Antônio Carlos Vieira - 11/01/2003)

Essas paisagens, onde a natureza é farta e bela, descritas pelo pescador no vídeo - e que devem provocar um sentimento de perda e nostalgia a qualquer indivíduo que conheça a Baía da Guanabara hoje -, acabam se tornando recorrentes tanto na “História da Maré” de Antônio Carlos quanto na exposição de que iremos tratar a seguir.

Motivado pelo desejo de se aprofundarem na história da região em que viviam, o envolvidos na TV Maré resolveram empreender uma pesquisa em vários arquivos da Cidade do Rio de Janeiro; assim, começaram a reunir os primeiros documentos que, mais tarde, fariam parte do acervo do ADOV.

3.1 - AS COLEÇÕES

Objetos e memória, memória e identidade, memória e história, reminiscência e reconhecimento, todos são termos que se entrelaçam na busca de compreensão do passado, e cada um deles parece dar ao outro o suporte necessário na procura de credibilidade. Os objetos parecem ser a prova de que precisamos para ratificarmos o que sabemos de memória. (SANTOS, 1992, p. 218)

O acervo de fotografias do ADOV ainda é predominantemente constituído por documentos de acervos públicos, instituições e pesquisadores de fora da Maré. As primeiras imagens foram aquelas obtidas nas pesquisas realizadas pela equipe da TV Maré: são fotos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), pertencentes à

coleção Augusto Malta; do Arquivo Nacional, a maioria delas do fundo Correio da Manhã; da Casa de Oswaldo Cruz; do arquivo da Caixa Econômica Federal; e fotos tiradas pelos pesquisadores Anthony Leeds - antropólogo que estudou a Maré na década de 60 - e João Mendes, fotógrafo do Projeto-Rio. Antônio Carlos conta que também recolheu algumas fotos que estavam se deteriorando na Associação de Moradores do Timbau na época em que a presidiu.

Ao construir as narrativas sobre a Maré, os agentes do ADOV se valem de documentos que serviram a outros discursos, mas que se enquadram nas suas narrativas, visto que, ao recolherem imagens que estavam sob domínio de entidades externas à Maré, construíram de maneira mais “consistente” a noção de que, de fato, a história do Brasil e da cidade do Rio de Janeiro passavam incontestavelmente pela história da Maré.

A forma de contar essa história aproxima-se a uma concepção historiográfica moderna, instituída com a criação do Instituto Histórico Nacional. Neste momento de passagem, identificado por Regina Abreu em sua tese “A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil”, “a concepção moderna de história implicava traçar a história na linha do tempo, articulando passado, presente e futuro num processo linear marcado pela noção do progresso” (ABREU, 1996, p. 179). Esse tipo de abordagem linear e temporal do progresso pode ser notado na forma como é contada a “História da Maré” (VIEIRA, 2002), que também se reproduz na exposição “Memórias da Maré”, baseada no mesmo histórico, como veremos a seguir.

3.2 - A EXPOSIÇÃO

A exposição “Memórias da Maré” foi elaborada e executada no início do ano 2001, com base no trabalho de Vieira (2002), e segue a mesma lógica cronológica e abordagem dos aspectos naturais e urbanos do bairro utilizada em seu histórico. A ficha técnica da exposição apresenta seus elaboradores e executores da seguinte forma:

Coordenação geral: Cláudia Rose Ribeiro da Silva; projeto: Antônio Carlos Pinto Vieira e Maurício José de Oliveira²³; montagem: Maurício José de Oliveira; editoração: José Carlos Alves Bezerra; textos: Antônio Carlos Pinto Vieira; agradecimentos: Petrobrás; realização: Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré.

Esta exposição, concebida para ser itinerante, já esteve exposta em diversos locais públicos, dentro e fora da Maré: Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), quadra de esportes da Maré, várias escolas da região e no próprio CEASM. Por suas elaboração e montagem, essa exposição foi a que demandou mais recursos financeiros e pessoal qualificado. Possuía, inicialmente, pouco menos de vinte *banners*, medindo aproximadamente dois metros de altura cada um, suspensos por uma grande e complexa estrutura de PVC.

²³ Artista plástico responsável pela idealização estética da exposição

A exposição está sendo constantemente alterada: falhas tipográficas são corrigidas e imagens são acrescentadas e subtraídas; além disso, devido à grande dificuldade para montagem da estrutura de PVC, ultimamente essa tem sido preterida, e os *banners* têm sido expostos fixados a paredes ou pendurados por fios presos ao teto; nem sempre todos são utilizados, variando de acordo com o local onde serão exibidos.

Para a abordagem da exposição, privilegiou-se o uso das imagens na sequência em que se encontram dispostas para exibição, mantendo os seus respectivos títulos e a utilização dos cabeçalhos dos *banners* (que aparecem aqui em itálico e sublinhados). Quando necessário, também foram mencionados trechos dos textos que acompanham as imagens.

A exposição tem início com um texto extraído da obra de Vieira que remonta a um período muito anterior à ocupação presente da Maré, e que inspira uma visão idílica da região, quando a natureza predominava e oferecia uma paisagem bem diferente da atual:

Na Época do Descobrimento

A área hoje ocupada pelas comunidades da Maré, outrora era um remoto recanto da Baía de Guanabara formado por praias, ilhas e manguezais. Faziam parte de seu litoral a Enseada de Inhaúma, a Praia de Inhaúma, a Ponta do Tibau, Ponta da Pedra e a Praia do Apicum, localizados defronte a um arquipélago formado pelas ilhas do Pinheiro, Sapucaia, Bom Jesus, Pindaís, Fundão, das Cabras, Baiacu e Catalão, próximas à Ilha do Governador. (Trecho destacado do *banner* inicial da exposição ‘Memórias da Maré’).

Sobre o trecho acima citado, a imagem de três caravelas e de uma esfera armilar circundada por vinhetas faz alusão à chegada dos portugueses ao Brasil.



(FIGURA 5)

Vinheta da exposição *Memórias da Maré*

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

Embora seja óbvia a relação entre a chegada dos portugueses ao Brasil e a ocupação atual da região da Maré, essa associação de imagens colabora para reforçar a idéia de pertencimento ao contexto histórico nacional.

O Início

A primeira imagem fotográfica é a da Praia do Apicú, de autoria de Augusto Malta, em idos da década de 20, pertencente ao acervo do AGCRJ.



(FIGURA 6)

A MARÉ NA SUA ORIGEM

Autor: Augusto Malta. 192-.Acervo do Arquivo Geral da Cidade.

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

A imagem que retrata a região da Maré, onde hoje se localiza o Morro do Timbau (ao fundo, à direita), reforça a idéia de uma

natureza que predomina numa paisagem quase intocada pelo homem. Sobre esta imagem especificamente, Antônio Carlos comenta:

Inclusive, a primeira foto que a gente fez em produção, foi a foto do Arquivo Geral do Rio de Janeiro, que mostra a Maré ainda no início do século. É uma foto do Augusto Malta que estava lá designada como uma foto da Praia do Apicú. Essa foto foi a primeira foto, e a gente ficou muito impressionado. A gente tinha uma intuição assim: “Deve ter alguma foto dessa região no início do século, não é possível”. E a gente buscou e buscou isso e acabamos identificando essa foto, e quando a gente identificou, foi uma coisa muito legal, a gente ficou muito impressionado. Parecia até uma coisa assim, da gente ter adivinhado aquele momento, que a gente ia achar aquele material. Aí nós reproduzimos. (11/01/2003)

Não foi, portanto, casual o encontro dessa imagem durante as pesquisas: ela foi deliberadamente procurada, como que para indicar e comprovar uma outra realidade da região hoje ocupada pelo bairro Maré.

Aludindo a um outro aspecto da região da Maré, temos a imagem do Porto de Inhaúma, ainda no mesmo *banner*:



(FIGURA 7)

PORTO DE INHAÚMA

Autor: Augusto Malta. 1910.- Acervo do Arquivo Geral da Cidade.

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

A partir desta foto, os narradores indicam-nos a importância econômica que outrora teve a região para a Cidade do Rio de Janeiro, e ligam a história local à história da cidade.

O Engenho

No *banner* seguinte, através da imagem das ruínas do Engenho da Pedra, os narradores contam-nos que importantes figuras da história da cidade possuíam propriedades no local:



(FIGURA 8)

RUÍNAS DA FAZENDA DO ENGENHO DA PEDRA

Autor desconhecido - s/d - Acervo do Arquivo Geral da Cidade.

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

As terras da Fazenda do Engenho da Pedra abrangiam os atuais bairros de Olaria, Ramos, Bonsucesso, Maré e parte de Manguinhos [...] Cecília Vieira de Bonsucesso, proprietária do

engenho no século XVII, deu o nome ao bairro de Bonsucesso. (Trecho destacado do *banner* onde está imagem).

A passagem de importantes figuras da história nacional pela região reforça a idéia de cerzidura do contexto histórico local ao nacional, e tem sua continuidade no *banner* seguinte:

As Ilhas



(FIGURA 9)

ILHA DO BOM JESUS

Autor: Augusto Malta - s/d - Acervo do Arquivo Geral da Cidade.

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

Ilha muito freqüentada por Dom João VI, foi propriedade dos Jesuítas, convento dos Franciscanos, propriedade da família Teles de Meneses, Asilo dos Inválidos [...] (Trecho destacado do *banner* onde está imagem).

Com essa imagem, tem início o trecho da exposição dedicada às ilhas soterradas para a construção da Cidade Universitária: Ilha do Bom Jesus, da Sapucaia e Ilha do Pinheiro.



(FIGURA 10)

ILHA DA SAPUCAIA

Autor: Augusto Malta – 1933- Acervo do Arquivo Geral da Cidade.

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

A depredação da fauna e da flora locais pelas ações humanas, principalmente decorrentes dos aterros realizados pelas ações do poder

público, tem destaque na exposição. Fica claro, pela menção à beleza natural e importância histórica das ilhas, que se lamenta a realização dos aterros, ainda que, em menor escala, ele tenha contribuído para a fixação de moradores no local.

A Natureza



(FIGURA 11)

A ILHA DO PINHEIRO

Casa de Oswaldo Cruz - 1930

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

[...] Era belíssima! Foi anexada ao continente na década de 80, pelos aterros do Projeto-Rio que deram origem à Vila do Pinheiro. Hoje, no

que restou da ilha, foi criado o Parque Ecológico. (Trecho destacado do *banner* onde está imagem).



(FIGURA 12)

AQUÁRIO DA ILHA DO PINHEIRO

Casa de Oswaldo Cruz - 1930

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

[...] A água do aquário era renovada pelas marés que traziam exemplares da rica fauna marinha existente à época. (Trecho destacado do *banner* onde está imagem).

A construção da Cidade Universitária é identificada como uma das vilãs da depredação da paisagem local, alterando de forma

definitiva os aspectos naturais da região com o aterro de oito ilhas, dentre elas algumas já citadas.

As Mudanças



(FIGURA 13)

A CIDADE UNIVERSITÁRIA

Autor: desconhecido - s/d - Acervo do Arquivo Geral da Cidade.

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

Foi construída a partir do aterro de 8 ilhas: Bom Jesus, Sapucaia, Pindaí do França, Pindaí do Ferreira, Fundão, Cabras, Baiacu, e Catalão, entre 1949 e 1952. .(Trecho destacado do *banner* onde está imagem).



(FIGURA 14)

A ILHA DO PINHEIRO RESISTE

Casa de Oswaldo Cruz s/d

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

Na sequência adiante, as belezas naturais, outrora existentes na região, são momentaneamente deixadas de lado para que se possa tratar das questões relacionadas à ocupação do local que dá início à configuração urbana atual.

A Ocupação

A primeira imagem da seção é de barracos sobre palafitas; o texto faz menção, indiretamente, a Dona Orosina:



(FIGURA 15)

A PRAIA DE INHAÚMA

Arquivo Nacional, 1960

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

Como resultado de um passeio de domingo, os primeiros ocupantes se apaixonaram pelo local. A praia estava coberta de pedaços de madeira trazidos pela maré, e que pareciam sugerir uma

boa finalidade. E foi isso que uma mulher inteligente fez, começando a juntar os pedaços de madeira com o intuito de levantar um barraco naquele local que parecia não interessar a ninguém. (Carlos Nelson Ferreira dos Santos, in *História do Morro do Timbau*). (Trecho destacado do *banner* onde está imagem).

Nesse relato, a natureza parece conspirar para que Dona Orosina estabeleça sua moradia no local, entregando-lhe o material que serviria para a construção do seu barraco.



(FIGURA 16)

A BAIXA DO SAPATEIRO

Arquivo Nacional, 1960

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

Mas a natureza, retratada inicialmente como uma “entidade” solícita e generosa, oferece problemas aos ocupantes da região. A maré que trouxe os materiais para a construção dos primeiros barracos também inspira medo e preocupações nos novos habitantes dos terrenos encharcados às margens da Baía da Guanabara.

As Palafitas



(FIGURA 17)

PALAFITA

Arquivo Nacional, 1960

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

As palafitas, que aparecem inicialmente como soluções práticas e engenhosas para lidar com o problema das marés, passam a simbolizar a pobreza e o atraso da região.

[Do it. *Palafitta*, ‘paus fixados’.] S.f. 1 Estacaria que sustenta as habitações lacustres. 2. Designação comum a essas habitações: “O homem que nele habita, na parte mais baixa, mantém-se, o pobre, nas estacas de palafitas como seus irmãos nas lagunas da pré-história.” (Alberto Rangel, *Papéis Pintados*, p. 231) (Do Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira). (Trecho destacado do *banner* onde está imagem).

As dificuldades dos que vivem nas palafitas, sob risco constante de desabamento, são abordadas, e a urbanização é apontada como uma solução para as novas gerações.

As Crianças



(FIGURA 18)

INFÂNCIA SOBRE AS PALAFITAS

Autor: Anthony Leeds, 1969

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

E quem cai mesmo são as crianças menores que podem morrer. As maiores gritam e a gente as apanha. Será bom mesmo se melhorassem isto aqui. Como seria mesmo? Urbanizar. A maré enche tudo isso aqui. Começa à tarde e à noite, nem se fala, ninguém pode passar, a madeira do barraco apodrece. O meu está caindo e não dá pra consertar. A madeira tá custando um dinheirão. Quando chove então ninguém dorme com medo do desabamento. Um de meus garotos treme todo, chora, grita: "Mãe, vou cair." Eu dou água com açúcar pra ele e digo que não pode cair. Mas por dentro só Deus sabe.(Maria da Penha Silva Moraes, moradora da Baixa do Sapateiro, em depoimento ao Jornal O GLOBO 10/06/79). (Trecho destacado do *banner* onde está imagem).

Mas a morosidade das ações do poder público levava os próprios moradores a empreender obras para facilitar a vida e as condições de urbanização no local.

As Pontes



(FIGURA 19)

AS PONTES QUE ERAM RUAS

Anthony Leeds, 1969

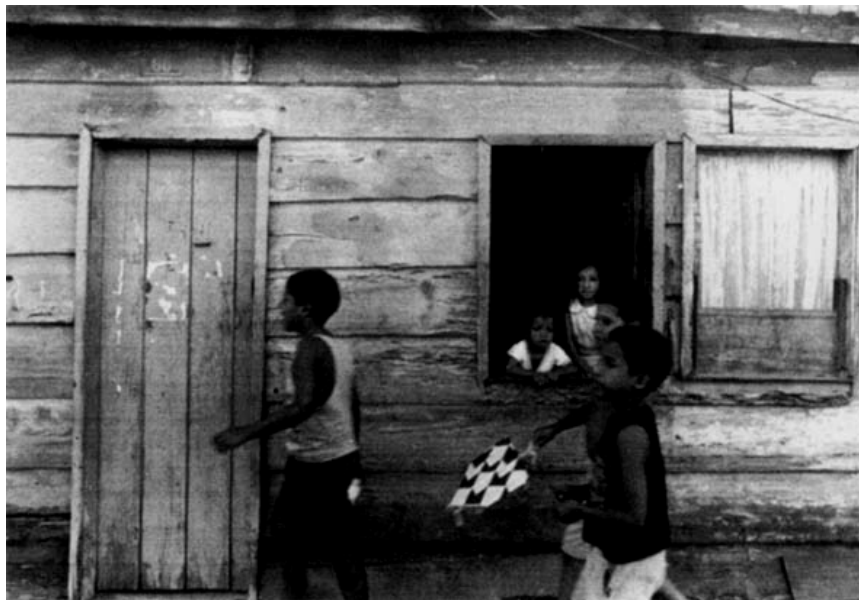
Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

Quando eu mudei pra lá, tinha que atravessá mesmo era por

dentro d'água. Tinha que entrá mesmo na água porque a maré enchia e quando tava calçado tinha que tira para entrá dentro d'água e chega no barraco. Os outros tinha ponte, os outro tinha tudo, mas eu ainda não. Tinha mudado de pouco. Aí eu fui fazê a ponte. (P. Morador de palafita). (Trecho destacado do *banner* onde está imagem).

Dentro da complexa evolução urbana do bairro Maré, nem todas as comunidades foram erguidas sobre palafitas - na verdade, as palafitas configuram uma minoria dentro das formas de habitação ocorridas na Maré ao longo de sua história: muitas delas, como a que veremos a seguir, originam-se de momentos políticos e sociais particulares e foram construídas já em terra firme, resultante, em alguns casos, de aterros anteriores.

A Nova Holanda



(FIGURA 20)

NOVA HOLANDA

Autor: Ripper - 1991 (*Imagens da Terra*)

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM



(FIGURA 21)

O VALÃO

Autor: Ripper - 1991 (*Imagens da Terra*)

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

O valão ficava onde hoje se situa a quadra da Escola de Samba Gato de Bonsucesso [...] (Trecho destacado do banner onde está imagem).

A Escola de Samba Gato de Bonsucesso é atualmente um importante ponto de referência das manifestações culturais da Maré. Existem alguns projetos dentro do próprio CEASM para a filmagem

de um documentário sobre essa Escola que parece ter servido também como pólo aglutinador da população local.

Na Nova Holanda de hoje, a atuação dos grupos de traficantes que rivalizam os espaços com outras localidades da Maré tornam problemático o trânsito por estes territórios.

As Remoções



(FIGURA 22)

O AREAL

Arquivo Nacional, 1973

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM



(FIGURA 23)

A FAVELA DO RALA COCO

Arquivo Nacional, 1973

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

A indicação dessas regiões particulares no bairro Maré poderia sugerir uma fragmentação da região; contudo, em seguida, um *banner* que exibe uma fotografia aérea da região, onde são indicados vários locais que se confundem aos olhos dos leigos, ameniza os sentimentos de divisão.

A Maré



(FIGURA 24)

A MARÉ

Acervo Caixa Econômica Federal, 1978

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

Visão Geral da Favela da Maré, a partir da Rua Principal. À direita, o local onde hoje se situam os CIEP Elis Regina e Samora

Machel. Na parte inferior, vê-se o chiqueiro que levou a população a chamar a Praça hoje existente a Região Administrativa de "Praça do 18", numa alusão ao número deste animal no jogo de bicho. Ao fundo, as comunidades do Parque União e Rubens Vaz. (Trecho destacado do *banner* onde está imagem).

Poderíamos dizer que, se por um lado, são levadas em conta pela narrativa da exposição as diferenças entre as comunidades que compõem o bairro Maré, uma forte identificação entre essas é revelada quando são tratadas as questões referentes às lutas por melhoria nas condições de urbanização das diversas localidades.

Moradias



(FIGURA 25)

CIEP OCUPADO POR FAMÍLIAS.

Autor: Ripper - 1991 (*Imagens da Terra*)

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM



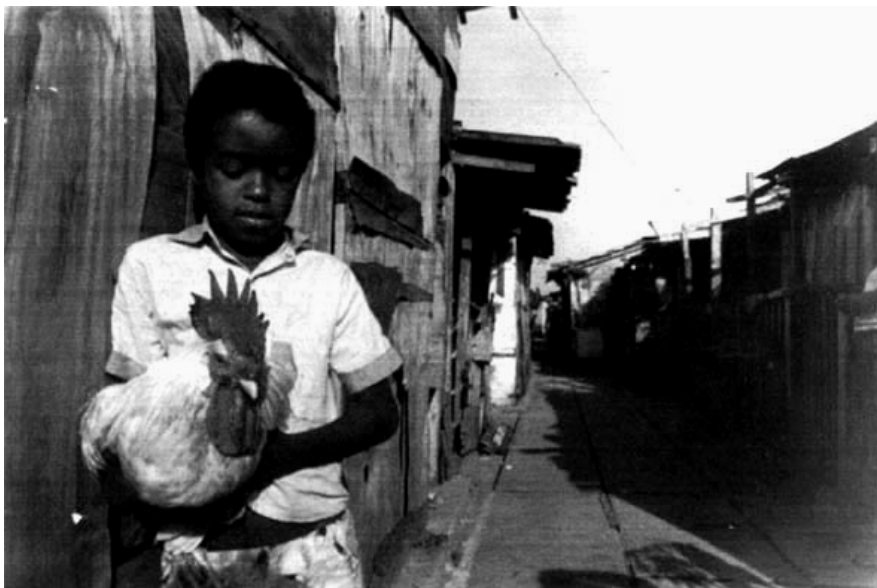
(FIGURA 26)

QUASE MIL MORADORES

Autor: Ripper - 1991 (*Imagens da Terra*)

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

O Cotidiano



(FIGURA 27)

MENINO MORADOR DO CIEP

Autor: Ripper - 1991 (Imagens da Terra)

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM



(FIGURA 28)

FILA DA ÁGUA

Autor: Ripper (Imagens da Terra) – 1991

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

Por fim, é mencionada uma grande transformação na Maré, atribuída ao Projeto Rio e à ação das lideranças comunitárias da Maré que pressionaram os poderes públicos a implementá-las. O desmonte de barracos e palafitas e a construção de casas de alvenaria mudam expressivamente a configuração da Maré.

A Transformação



(FIGURA 29)

DESMONTE DE UM BARRACO

Autor: Ripper (Imagens da Terra) – 1991

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

A partir de 1979, foram realizadas na Maré grandes intervenções governamentais, sendo a principal delas o chamado Projeto Rio, que previa a construção de um aterro de 2.300 ha, 1,5% do espelho da Baía da Guanabara, no qual seriam construídos novos conjuntos de casas e equipamentos comunitários, além de uma via expressa, paralela à Avenida Brasil. Muitas das propostas não foram realizadas, outras somente ocorreram após forte pressão das lideranças comunitárias. De qualquer forma, tais mudanças impulsionaram a população da Maré a promover suas próprias transformações. Na Maré o cenário urbano sofre uma nova mudança, com a substituição dos barracos sobre palafitas, por casas de alvenaria. (Trecho destacado do *banner* onde está imagem).

No entanto, não obstante sejam consideradas as conquistas de melhorias nas condições de habitação e infra-estrutura urbana, o descaso com as belezas e recursos naturais da região são lamentados.

A Praia

(FIGURA 30)

A PRAIA DE RAMOS

Acervo CEASM, 2001

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

Os domingos de sol na Praia do Porto de Maria Angu já foram programas obrigatórios para moradores da Leopoldina e de outros subúrbios do Rio. Na década de 50, os banhistas lotavam o lugar, chegavam vestindo roupas leves e floridas que seriam trocadas por trajes de banho, alugados em uma das cabines à beira da praia. Hoje a Praia de Ramos sofre com a poluição trazida pelo descaso do homem. (Trecho destacado do *banner* onde está imagem).



(FIGURA 31)

PESCADOR NA PRAIA DE RAMOS

Acervo CEASM, 2001

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

A pesca, que foi uma das maiores atividades na região da Maré, tendo sido fundamental para o início da ocupação, hoje resiste na teimosia e esperança dos pescadores (Trecho destacado do *banner* onde está imagem).

Encerrando a exposição, novamente uma grande imagem em vista aérea do Bairro, dessa vez abrangendo uma área ainda maior, reforça a unidade entre as comunidades e relembra em seu texto sumário:



(FIGURA 32)

VISTA AÉREA DO BAIRRO MARÉ

Edgard Amaral, 1995

Fonte: Arquivo Documental Orosina Vieira/CEASM

Através de Decreto publicado no Diário Oficial de 24 de janeiro de 1994, é criado o bairro Maré (Trecho destacado do *banner* onde está imagem).

De fato, muitas modificações na Maré aconteceram nos últimos anos: não existem mais palafitas; foi instalado um sistema de água e esgoto que atende, ainda que precariamente, a população, que também aumentou neste período; providenciou-se o calçamento da maioria das ruas do bairro. Enfim, por iniciativa da população local, quer pressionando o poder público, quer agindo por sua própria conta, foi possível conquistar melhorias para a região. Por outro lado, as melhorias agora almejadas, e que parecem partir inicialmente deste grupo de pessoas que fazem parte do CEASM, dizem respeito ao sentido de pertencimento à cidade e à nação, através do esforço em prol da construção de uma memória da Maré orientada para o pertencimento ao espaço urbano e nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trabalharmos a questão da construção de memórias e identidades sociais no bairro Maré, pelos narradores do CEASM, através da criação do Arquivo Documental Orosina Vieira, podemos notar que o processo não consiste em uma simples, ou pura, construção: nem memória, nem identidade se constroem a partir do zero. O que existe é uma reformulação ou reavaliação de determinados fatos ou aspectos atribuídos, neste caso específico, à região da Maré e à sua população.

O bairro Maré é uma região marcada pelo estigma da pobreza e da violência, negligenciada, durante anos, pelos poderes públicos. Os narradores do CEASM não negam essas afirmações, mas se apropriam dela e afirmam que, se há pobreza e descaso do poder público, também há um povo forte que resiste e constrói com suas próprias mãos aquilo em que lhes faltou o Estado. Se há analfabetismo e baixa escolaridade, há também uma parcela que se recusa a aceitar o “destino” anunciado pelo senso comum e transpõe as dificuldades impostas por seu meio social, alcançando os mais elevados graus acadêmicos.

O acervo fotográfico é um indício das reapropriações e transformações que ocorrem no campo da memória social. Em certo momento dessa dissertação, afirmamos que as imagens do passado não podem ser transmitidas em seu estado inicial de criação, plenamente preservadas, pois a transmissão da memória social, mesmo através da imagens fotográficas, está envolvida em um processo dinâmico de mudanças e evolução. A forma como as imagens são vistas e utilizadas pelos narradores do CEASM acabam por reforçar

essa idéia. As fotos recuperadas para o acervo do ADOV não representam uma continuidade temporal da Maré; elas não são, é óbvio, o retrato do que é hoje a Maré, e nem são mais o retrato que eram da Maré. A Maré se modificou, o retrato se modificou. Se nem mesmo as propriedades físicas do papel ou do negativo se conservam ao longo do tempo, que se dirá das transformações ocorridas no espaço? A cada transformação no presente as imagens do passado adquirem novos significados. De acordo com o uso que se faz da imagem, novas atribuições de valores são agregadas. Ao serem apropriadas por arquivos públicos de âmbito nacional, estadual ou municipal, o valor de prova das imagens se torna ainda menos refutável. Ao serem expostas ao público da Maré, as fotos tomam a forma de memórias vivas para aqueles que reconhecem nelas os lugares da infância, dos avós, das brincadeiras, das dificuldades.

Os narradores do CEASM estão num ponto privilegiado desta perspectiva. Institucionalizam mais uma vez a memória através das imagens da Maré, ao mesmo tempo em que se reconhecem nelas de forma quase visceral – relação que transparece nas narrativas emocionadas de Antônio Carlos, quando se refere aos lugares do passado onde viveu e que são representados pelas imagens que recolhe. Mas trabalhar a questão da memória do bairro Maré é também uma questão política e de cidadania: é prosseguir nas lutas por melhorias nas condições sociais que vão além das reivindicações por melhorias na infra-estrutura urbana. Alcançando esse novo estágio, reivindicam o lugar do bairro na história da cidade e do país; assim, apresentam a si próprios e aos moradores da Maré como sujeitos da história. Ao afirmarem que têm como princípio “pensar e agir na Maré a partir da cidade, na cidade a partir da Maré”, ao

falarem da cidade a partir da Maré, afirmam o seu direito à cidade: “substância da cidadania” (SANTANA, 2000, p. 44).

As categorias memória, identidade, pertencimento e cidadania não se dissociam nas atividades da Rede Memória. Identidade e pertencimento, nesse sentido, não são palavras que se baseiam numa alteridade excludente, como se poderia pensar. É claro que, ao considerarem a existência da dicotomia asfalto/favela, estabelecem uma distinção entre os dois planos, mas com o intuito de desmascarar e solucionar certos conflitos. Se existe uma relação de alteridade que compreende, em certo grau, a repulsa ao outro, é aquela que implica no distanciamento da imagem difundida no senso comum e reforçada pelos veículos de comunicação de massa, que qualifica a Maré apenas como palco da pobreza, violência e decadência moral. Assim, uma memória das riquezas naturais e da nobreza outrora vivida no local é apresentada na exposição “Memórias da Maré”, mas nela também uma história de lutas, sofrimento e conquistas é contada.

Construir uma memória do bairro Maré e do seu papel para o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro é importante não só para restabelecer os laços entre o bairro/favela e a cidade, mas também para construir uma identidade na qual seus moradores possam sentir-se como pertencentes ao local.

Não obstante, os silêncios aparecem e indicam os conflitos inerentes ao espaço social em que atuam os narradores do CEASM. Em nenhum momento são mencionadas as guerras entre facções rivais ligadas ao narcotráfico, e isso deve-se, possivelmente, a vários motivos: o narcotráfico opera nas proximidades do CEASM; não mencioná-lo, portanto, indica uma estratégia que visa à segurança e à continuidade das atividades da ONG, que quer transitar por todas as

localidades do bairro. É também um contraponto à imagem massificada imposta pela mídia, que dá mais destaque aos eventos criminosos ligados ao local do que às práticas e eventos culturais promovidos pelos moradores e organizações presentes na região.

O caminho percorrido pela Rede Memória para contar a história da Maré através da exposição ainda é predominantemente marcado pelo modelo historiográfico moderno, que implica em traçar uma história linear, caracterizada pela idéia de progresso, talvez como artifício didático ou como forma de reforçar o caráter formal que se quer empregar à narrativa. Recentemente, outras indicações vêm sendo tomadas, que parecem apontar para uma mudança de rumos na abordagem da história da Maré pelo CEASM. O constante fluxo de profissionais de diversas áreas do conhecimento que atuam na Rede Memória tem influído de maneira marcante na condução das pesquisas sobre a região.

Resta-nos então saber, com as mudanças anunciadas na organização do ADOV para o ano de 2003 e com a previsão da elaboração de novos formatos para a exposição “Memórias da Maré”: quais serão os novos rumos que tomarão as memórias da Maré?

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. *A fabricação do imortal*. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.
- ALMEIDA, Onésimo Teotônio. *Em busca de clarificação do conceito de Identidade cultural – O caso açoriano como cobaia*. In: *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, pp. 65-89, 1999.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I, Magia e Técnica. Arte e Política: O narrador*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.
- Obras Escolhidas III, *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- BETTO, Frei. *O Que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CAPITAL cultural: um tesouro a serviço da comunidade. *Revista Lactitud*, v. 2, no. 1, 01 jan. 2002.
- CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ. *Censo Maré 2000*. Rio de Janeiro: CEASM, 2000.
2002. Disponível em: <<http://www.ceasm.org.br/>> acesso em 13 de jul. 2002.

-
- CICOUREL, Aaron. Teoria e Método em Pesquisa de Campo. *In: Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999
- O CIDADÃO - O JORNAL DO BAIRRO MARÉ. Rio de Janeiro: CEASM, 2002 -. Mensal.
- CHAGAS, Mário de Souza. Memória e poder. *In: II Encontro Internacional de Ecomuseus*. Rio de Janeiro: Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica, 2000.
- Novos Rumos da Museologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 1994. (Centro de Estudos de Sociomuseologia. Cadernos de Sociomuseologia)
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. 401p.
- COLOMBO, Fausto. *Os arquivos imperfeitos*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leitura de M. Halbwachs e P. Nora. *In: Revista Brasileira de História* v.13,n 25. São Paulo, 1992.
- DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. Construindo o Conceito de Documento. *In: Memória e Construção de Identidades*. Rio de Janeiro: Mestrado em Memória Social e Documento / Uni-Rio. 2000.
- DUARTE, Luís Fernando Dias. Construção social da memória moderna. *In: Boletim do Museu Nacional*_ n 48. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

-
- DURKHEIM, Emile. Representações Individuais e Representações Coletivas. In: *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Forense. 1970, 13-42.
- FENTRESS, J & WICKHAM, C. *Memória Social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1992.
- GONDAR, Jô. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: Mestrado em Memória Social e Documento / Uni-Rio. 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBSBAWN, E. & RANGER, T. *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HUYSEN, Andreas. Escapando da Amnésia. In: CIDADE. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- INSTITUTO MUNICIPAL DE URBANISMO PERREIRA PASSOS. Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro de 1998. Rio de Janeiro RJ.
- KARADY, Victor. "Présentation" in: Halbwachs, Maurice. *Classes Sociales et Morphologie*, Les Éditions de Minuit, 1972.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A Problemática da Identidade Cultural nos Museus: de Objetivo (de Ação) a Objeto (de Conhecimento). In: Anais do Museu Paulista no. 1. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993. P.207-224.
- MONTEIRO, Karla; ALMEIDA, Livia de. *A Turma do Funil*. *Veja Rio*. p. 10-14, 13 out. 1999.

-
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *In: Projeto História*. São Paulo, 10: 7-28, 1993
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, (10):200-212, 1992.
- POMIAN, Krystoff. Entre o Visível e o Invisível: a Coleção. *In: Enciclopédia Einaudi. Memória-História*, v.1. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1984.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Percepção sobre a Qualidade de Vida no Rio de Janeiro - Rio Estudos* Nº 17. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo. Coleção Estudos da Cidade, maio, 2001.
- RIO DE JANEIRO. Lei nº 2.119 de janeiro de 1994. Diário Oficial do Município. 24 jan, 1994.
- ROCHA, Adair. *Cidade Cerzada: a costura da cidadania no Morro Santa Marta*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o Indício de uma Falta. *In: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.9, n. 17, 1996.
- SANTANA, Marco Aurélio. Memória, cidade e cidadania. *In: Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: Mestrado em Memória Social e Documento / Uni-Rio. 2000.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Objetos, história, memória: observação e análise de um museu brasileiro. *In: Dados*, n 2. Rio de Janeiro, 1992.
- O Pesadelo da Amnésia Coletiva: Um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *In: RCBS*. n. 23, ano 8, Rio de Janeiro, 1993.

-
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público*: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Eliana S. *O Movimento Comunitário de Nova Holanda*: na Busca do Encontro entre o Político e o Pedagógico - Dissertação de Mestrado - (Mimeo) - PUC, Rio de Janeiro, 1995.
- SILVA, Jáilson de Souza e. “*Por que uns e não outros?*”: caminhada de estudantes da Maré para a universidade. 1999. Tese (Doutorado) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1999.
- VARELA, Drauzio. *Maré, vida na favela*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana*: Um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.
- VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. *A História da Maré*. 2002. Disponível em:
 <http://www.ceasm.org.br/www.ceasm.org.br/abertura/03onde/h_mare/hmare.htm> acesso em 13 de jul. 2002.

LISTA DE FIGURAS

1.	- Mapa do Bairro Maré / XXX Região Administrativa.	33
2.	- Obras de construção da Avenida Brasil.	36
3.	- Vista das Palafitas da baixa do Sapateiro	37
4.	- Cartaz de inauguração do ADOV	58
5.	- Vinheta da exposição Memórias da Maré	64
6.	- A MARÉ NA SUA ORIGEM	65
7.	- PORTO DE INHAÚMA	66
8.	- RUÍNAS DA FAZENDA DO ENGENHO DA PEDRA	66
9.	- ILHA DO BOM JESUS	67
10	- ILHA DA SAPUCAIA	68
11	- A ILHA DO PINHEIRO	69
12	- AQUÁRIO DA ILHA DO PINHEIRO	69
13	- A CIDADE UNIVERSITÁRIA	70
14	- A ILHA DO PINHEIRO RESISTE	71
15	- A PRAIA DE INHAÚMA	72
16	- A BAIXA DO SAPATEIRO	73
17	- PALAFITA	73
18	- INFÂNCIA SOBRE AS PALAFITAS	74
19	- AS PONTES QUE ERAM RUAS	75
20	- NOVA HOLANDA	76
21	- O VALÃO	76
22	- O AREAL	77
23	- A FAVELA DO RALA COCO	78
24	- A MARÉ	79
25	- CIEP OCUPADO POR FAMÍLIAS	80

26	- QUASE MIL MORADORES	80
27	- MENINO MORADOR DO CIEP	81
28	- FILA DA ÁGUA	81
29	- DESMONTE DE UM BARRACO	82
30	- A PRAIA DE RAMOS	83
31	- PESCADOR NA PRAIA DE RAMOS	83
32	- VISTA AÉREA DO BAIRRO MARÉ	84